



Projeto Educativo

MAIO DE 2018

Projeto Educativo da EPRAL 2018-2021

O Projeto Educativo EPRAL 2018-2021 - inscreve-se no conjunto de documentos de carácter estratégico, programático e institucional que marcam e reforçam a identidade e que conferem estabilidade à organização escolar (leia-se, de educação-formação).

Enquanto documento de planeamento institucional e estratégico, este documento apresenta a missão e a visão da escola e estabelece os seus objetivos gerais e metas institucionais, orientando a ação educativa-formativa no quadro da sua autonomia.

É desiderato que o documento mantenha e confirme, pela palavra escrita, o ponto de partida refletido na edição que agora se pretende rever, confirmando o lema “Qualificar as pessoas. Impulsionar o desenvolvimento e a democracia” que tem orientado a atividade da escola nas últimas décadas.

Uma das implicações desta perspetivação de projeto educativo é que ele deve emergir como resultado de um processo participativo e negociado entre os diferentes atores sobre a visão, a missão, os valores, as metas e objetivos estratégicos, enfim, sobre um futuro que se ambiciona construir. Efetivamente, o Projeto Educativo (PE) da EPRAL é a expressão do compromisso partilhado, interna e externamente, entre os diversos protagonistas da comunidade escolar e os agentes de desenvolvimento: as instituições, os meios empresariais e profissionais, os jovens formandos e as suas famílias.

Desta forma, o projeto educativo constitui-se como instrumento institucional de organização/gestão de médio e longo prazo. Ele é um instrumento de primordial importância na gestão estratégica das Escolas Profissionais, não apenas no que respeita à componente pedagógica propriamente dita, mas também na perceção das grandes linhas conceituais que o informam, particularmente no que concerne ao seu posicionamento na sociedade educativa e ao relacionamento da Escola com a generalidade dos agentes socioeducativos, da escala local, à escala europeia.

Este documento, fruto de reflexão partilhada com os atores internos e com *stakeholders*, apresenta o diagnóstico interno e externo da situação da escola a partir do qual se expressam as decisões estratégicas, coletivamente assumidas, e os contornos da identidade que procuramos ser, bem como a síntese dos objetivos estratégicos da instituição e as principais atividades, transversais, a implementar, com coerência interna e externa, entre outros aspetos relevantes para a compreensão do projeto que escola pretende implementar.

Índice

1. Introdução	4
2. Diagnóstico Estratégico	9
2.1. Ambiente Externo: caracterização sumária	9
2.2. Ambiente Interno: caracterização sumária	17
2.3. Análise SWOT	23
3. Orientação Estratégica da EPRAL.....	27
3.1. Missão	27
3.2. Visão	29
3.3. Valores	29
3.4. Princípios educativos.....	30
4. Organização escolar.....	42
5. Redes, parcerias de formação e protocolos de cooperação.....	45
6. Garantia de qualidade.....	51
7. Comunicação e divulgação	52
8. Monitorização e avaliação do Projeto Educativo	52
9. Vigência.....	53

1. Introdução

A Escola Profissional da Região Alentejo (EPRAL), sediada em Évora, é um estabelecimento de ensino privado, propriedade da Fundação Alentejo, instituída no quadro do Decreto-Lei 4/98 de 8 de janeiro, no dia 9 de maio de 1999.

A EPRAL prossegue finalidades de interesse público e desenvolve as suas atividades culturais, científicas e pedagógicas com autonomia, sob tutela do Ministério da Educação da República Portuguesa.

Nos termos do Art.º 6.º do Decreto-lei 92/2014, de 20 de junho, a EPRAL presta um serviço público de educação e integra a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações (n.º 1 do Art.º 16.º Decreto-lei 396/2207, de 31 de dezembro).

Criada no ano de 1990 (20/08/1990), por Contrato-programa subscrito entre o Ministério da Educação (através do GETAP, Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional) e o CEDRA, Centro de Estudos e Desenvolvimento da Região Alentejo, promotor da iniciativa. Ao longo dos seus 27 anos de funcionamento, a EPRAL iniciou a sua atividade nas localidades de Évora, Estremoz e Vila Viçosa, tendo-se expandido posteriormente para Alandroal, Campo Maior, Elvas, Monforte, Portel e Viana do Alentejo.

No plano da formação inicial e qualificação profissional de jovens, a Autorização de Funcionamento n.º 1, foi concedida à EPRAL pelo Ministério da Educação (Departamento do Ensino Secundário) em 18 de junho de 1999, já no âmbito da Fundação Alentejo, nos termos do Decreto-lei 71/99, de 12 de março e para os efeitos previstos no Decreto-lei 4/98, de 8 de janeiro.

A oferta formativa autorizada resulta do teor da Autorização de Funcionamento n.º 1 e dos sucessivos “Aditamentos” entretanto outorgados pelo Ministério da Educação. Assim, no reconhecimento da sua capacidade técnica, laboratorial, material e humana, a EPRAL está credenciada para um conjunto de 36 Cursos profissionais (Nível 4 – 12.º Ano), distribuídos por 25 áreas de formação distintas.

Atualmente, fruto da evolução demográfica e da generalização da oferta formativa de cursos profissionais aos estabelecimentos públicos de educação, a EPRAL concentra a sua atividade no Pólo-sede de Évora. Estão funcionamento no ano escolar de 2017-2018, 23 turmas envolvendo 518 jovens de ambos os sexos, distribuídos pelo 1.º Ano (204), 2.º Ano (171) e 3.º Ano (140), com predominância de cursos profissionais nas áreas de formação de Audiovisuais e Produção dos Media, Hotelaria e Restauração, Serviços de Apoio a Crianças e Jovens, Saúde, Marketing e Publicidade e Ciências Informáticas.

Ao longo dos 27 anos de funcionamento (Ciclos de formação 1990-93 a 2014-2017), diplomaram-se, em tempo próprio, 5.505 jovens na EPRAL. Consoante os ciclos de formação, a

taxa de conclusão de curso situa-se nos 75-80%. Tendo por base o número de jovens matriculados no 1.º ano de formação, a taxa global de empregabilidade situa-se entre os 65-70% e a taxa global de prosseguimento de estudos entre os 12-15%.

A Área de Formação (AF) com maior relevância, atendendo à distribuição de diplomados/as, é a AF de Audiovisuais e Produção dos Media (845 diplomados/as, 15,3%), seguindo-se a AF de Hotelaria e Restauração (817 diplomados/as, 14,8%) – (Cf. Gráfico 1). Salienta-se, contudo, que a agregação das AF de Hotelaria e de Turismo (setores de atividade económica da maior relevância no contexto da Região Alentejo), com 1021 diplomados/as, representa cerca de 18,5% do n.º total de diplomados/as.

Na distribuição de diplomados/as por cursos profissionais, o Curso Profissional de Técnico de Multimédia é o de maior expressão (709 diplomados/as), seguindo-se-lhe o Técnico de Restauração (626 diplomados/as) e o Técnico de Informática de Gestão (568 diplomados/as).

A qualificação de recursos humanos, a formação dos jovens e o desenvolvimento do território, em particular do território alentejano, estão no centro das opções tomadas pela instituição.

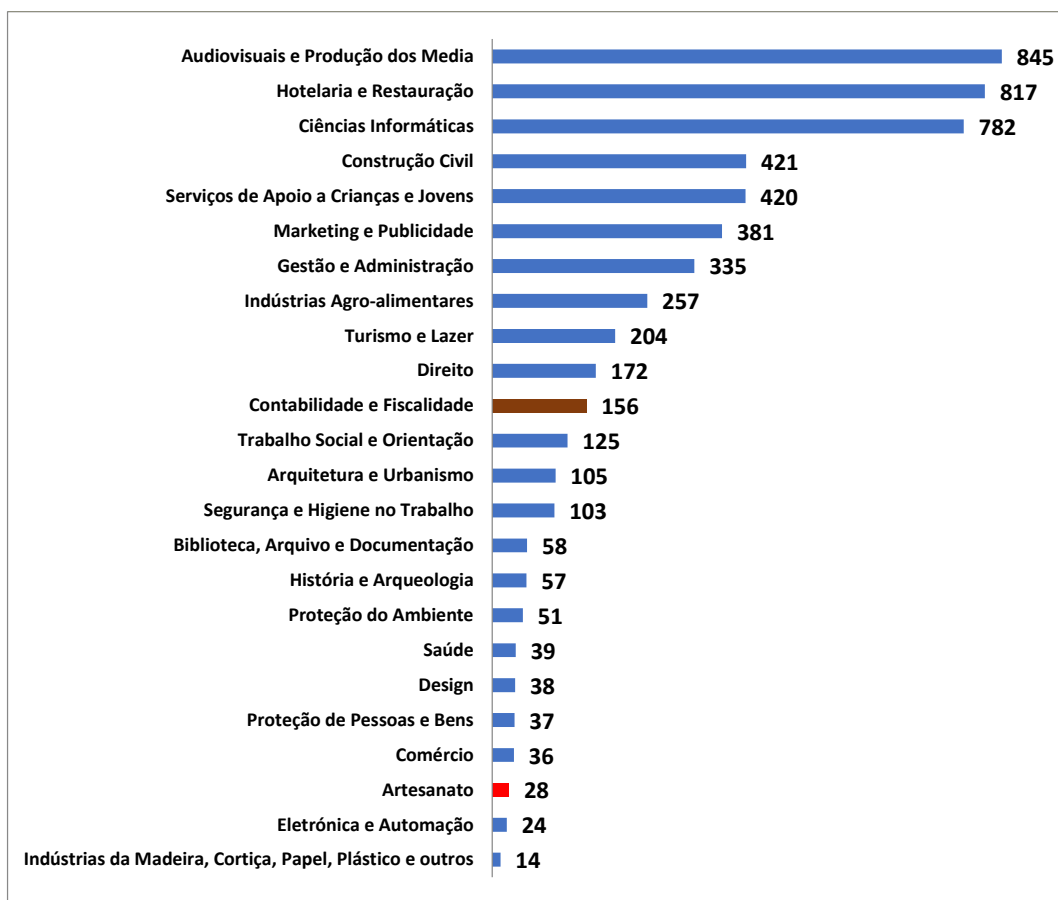
A qualificação das pessoas e dos territórios assume-se como eixo central da atividade da EPRAL ao longo dos seus 27 anos de existência.

Quadro 1: EPRAL: Oferta formativa em funcionamento, Ano Letivo 2017-2018.

Área de Formação	Curso	Turmas			
		1.º	2.º	3.º	Totais
Audiovisuais e Produção dos Media (213)	Vídeo	-	-	1	1
	Multimédia	2	1	2	5
Marketing e Publicidade (342)	Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade	-	1	-	1
Ciências Informáticas (481)	Informática de Gestão	-	1	-	1
Outras – Saúde (729)	Auxiliar de Saúde	1	1	1	3
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens (761)	Apoio à Infância	1	1	1	3
Hotelaria e Restauração (811)	Receção	-	1	-	1
	Restauração (Variantes, Cozinha-Pastelaria e Restaurante-Bar)	2	2	2	6
Acompanhante de Crianças + Empregado de Andares CEF (N2/T2 - 3.º Ciclo/Ensino Básico)		1	-		1
Totais/Turmas		8	8	7	23
Totais/Alunos					

Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

Gráfico 1: Distribuição dos/as diplomados/as pela EPRAL, entre os ciclos de formação 1990-93 e 2014-17, por área de formação



Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

O reforço da empregabilidade, o combate ao insucesso e abandono escolares e o forte contributo para o incremento dos fatores de competitividade e atratividade dos territórios de baixa densidade, caso da região Alentejo, são, no seguimento dos objetivos previstos pelos diferentes programas operacionais, nomeadamente o POCH – Programa Operacional Capital Humano - outro dos eixos estruturantes da atuação da Escola Profissional da Região Alentejo.

A EPRAL mantém uma rede de parceiros composta por mais de uma centena de empresas e instituições da região, do país e de outros países europeus ou africanos, de língua portuguesa, com os quais articula e promove o desenvolvimento da Formação em Contexto Real de Trabalho dos seus formandos.

Desde a sua génese, concebeu diversos projetos e desenvolveu inúmeras ações de intercâmbio de formandos e formadores, no espaço europeu em particular, mas também africano, tendo promovido mais de duas centenas de *bolsas de mobilidade* com base nos programas de iniciativa

comunitária tais como, *Língua*, *Juventude para a Europa* e *Leonardo da Vinci*. Da lista de projetos internacionais concebidos ou participados pela EPRAL/Fundação Alentejo fazem parte os seguintes:

- Projeto: PETRA I – Ação I - Projeto Vaga Jovem - Vetor Agro-alimentar do Alentejo (Programa PETRA I, Ação I - 1989; 1992; 1994)
- Projeto: PETRA II – Ação II (Programa PETRA II, Ação II - 1993/95)
- Projeto: Maleta Pedagógica - “Individualização no Ensino Aprendizagem” (Euroform – Europa 1 - 1994/95)
- Projeto: STTAR - “Formação Tecnológica Especializada na perspetiva da Integração Europeia (Programa Leonardo da Vinci – Projecto – Piloto – 1996/99)
- Projeto: PEMGU - “Métodos de Avaliação Pedagógica e Orientações para a produção de Materiais Multimédia (Programa Leonardo da Vinci – Projeto – Piloto – 1997/98)
- Projeto: *European Peer Review in Guidance and Counselling in Adult Vocational Education and Training* - a contribution to EQUARF implementation": *EuropeerGuid* (Programa Leonardo da Vinci - Transferência de Inovação – 2010-2011)
- Projeto: *European Peer Review in Guidance and Counselling in Vocational Education and Training of Adults EuropeerGuid* - RVC (Programa Leonardo da Vinci - Transferência de Inovação – 2014-2015)
- Projeto: Comunidade de Prática Aprendizagem ao Longo da Vida (2010) - Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais - um instrumento para a sua aplicação à realidade portuguesa (Programa Inovação Pedagógica e Organizacional (contratação pública) – 2010-2011)
- Projeto: Plano de Ação de Formação Profissional em Hotelaria e Turismo (2014-2016) (Entidade contratante: INEFOP - Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional – Angola – 2014-2016)

Consciente da importância do trabalho em rede, a EPRAL reconhece que a cooperação com outras instituições e profissionais, a troca de experiências e a partilha de informação são fatores que proporcionam o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos seus colaboradores. Assim, se a troca de conhecimento entre os colaboradores de instituições nacionais é importante, o contacto com instituições e profissionais de outros países revela-se igualmente relevante e proporciona o contacto com novas realidades.

Para a promoção de novas aprendizagens a EPRAL/Fundação Alentejo apresentou e viu aprovadas várias candidaturas. São exemplos:

- Último trimestre de 2012 - 3 visitas de estudo ao Programa LLP - *Lifelong Learning Programme*, (Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida) - Visitas de Estudo, ao CEDEFOP - *European Centre for the Development of Vocational Training*, as quais foram aprovadas.
- Março de 2013 (de 04/03 a 08/03) – Cardiff, Gales, Reino Unido - Visita de Estudo com o tema Mecanismos para Garantir a Qualidade em Escolas e Instituições de Formação - Preparar os Jovens para os Desafios da Economia Global do Século XXI - Diretora do Colégio FA.
- Abril de 2013 (de 08/04 a 12/04) - Santiago de Compostela, Galiza, Espanha - Visita de Estudo com o tema Aumentar a Participação dos Adultos na Educação e Formação – A Educação de Adultos em Espanha: Um Olhar Sobre a Galiza - Coordenadora da Valência da Formação de Adultos da FA.
- Abril de 2013 (de 22/04 a 26/04) - Bilbao, País Basco, Espanha – Visita de Estudo com o tema Ensino e a Aprendizagem de Línguas – Quadro Trilingue na Educação Basca - Diretor Pedagógico da EPRAL – Évora.

Os programas das visitas de estudo permitiram a troca de experiências com outros profissionais da educação de outros países Europeus, estabelecer novos contactos a nível europeu, adquirir conhecimento sobre as últimas tendências em sistemas de educação e formação de outros países europeus e efetuar a disseminação e divulgação dos conhecimentos adquiridos.

Considerada como entidade de referência, quer nos planos pedagógicos e organizacionais, quer no que se refere à qualidade dos seus espaços pedagógicos, a EPRAL foi distinguida como *Member of the European Network of Innovative Schools* - pela *European Schoolnet* (2003) e como Estabelecimento de Ensino Exemplar, pela OCDE (2000).

2. Diagnóstico Estratégico

A EPRAL, como sistema organizacional aberto, age em interação com o meio-ambiente em que se insere, pelo que procura, a todo o momento, avaliar as condições por ele oferecidas. O diagnóstico estratégico que aqui procuramos sistematizar é o primeiro passo do processo de planeamento da escola, na medida em que tem por objetivo avaliar os fatores internos e externos da organização, de modo a antecipar cenários futuros decorrentes das alterações que se operam e a preparar-se para agir.

2.1. Ambiente Externo: caraterização sumária

São várias as perspectivas de desenvolvimento regional e oportunidades para a formação e qualificação de recursos humanos na Região Alentejo no horizonte 2021.

Um conjunto documentos oficiais, estruturantes do planeamento do desenvolvimento da região, são fundamentais para ajudarem a EPRAL a potenciar a sustentabilidade das opções estratégicas quanto à orientação da oferta formativa de cursos profissionais de dupla certificação (Nível 4 - 12.º, ano) e desenvolvimento de parcerias, com particular relevância para as parcerias estabelecidas com empresas no quadro da formação em contexto real de trabalho, a para implementação de Cursos Técnicos Superiores Profissionais, com os Institutos Superiores Politécnicos de Beja e de Portalegre, procurando contribuir para o aumento do número de jovens diplomados pelo ensino superior, no ciclo longo 2014-2020. Entre esses documentos, encontramos os seguintes:

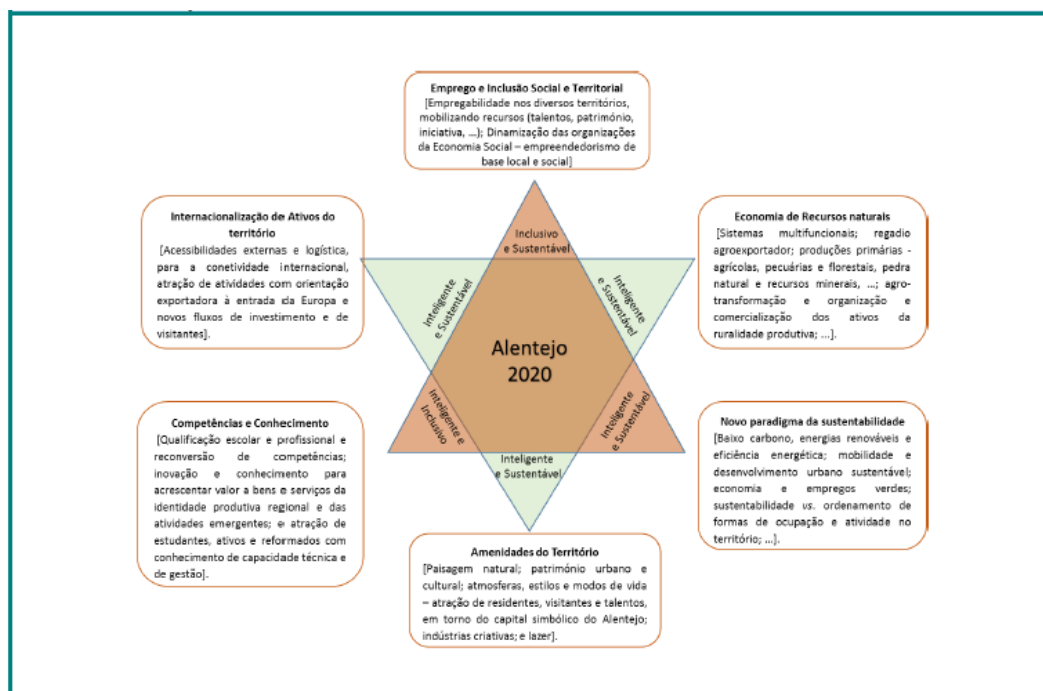
- Alentejo 2020 – Plano de Ação Regional (Documento aprovado pelo Conselho Regional, setembro/2013 - CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo)
- Alentejo 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo (Documento aprovado por decisão da Comissão Europeia, dezembro/2014 - CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo)
- Uma Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo (CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, dezembro/2014)
- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alentejo 2020 (ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo - CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, dezembro/2014).

A União Europeia, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável ao longo da próxima década, aprovou a estratégia “Europa 2020”, alicerçada no apoio ao emprego, à produtividade e à coesão social, visando um crescimento inteligente (fomento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação), sustentável (promoção de uma economia competitiva, de baixo carbono e mais eficiente quanto à utilização de recursos) e inclusivo

(melhoria das taxas de emprego, aumento das qualificações escolares e profissionais dos cidadãos e combate à pobreza) e que assegure a coesão social e territorial na Europa.

O documento Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo (EEIA) (CCDRA, 2014) estabelece a “arquitetura das linhas estruturantes do desenvolvimento regional”:

Figura 1: Arquitetura das Linhas Estruturantes do Desenvolvimento Regional



Fonte: CCDRA (2014)

Segundo este documento, a visão para esta região passa por “Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, visitantes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social” (CCDRA, 2014:18).

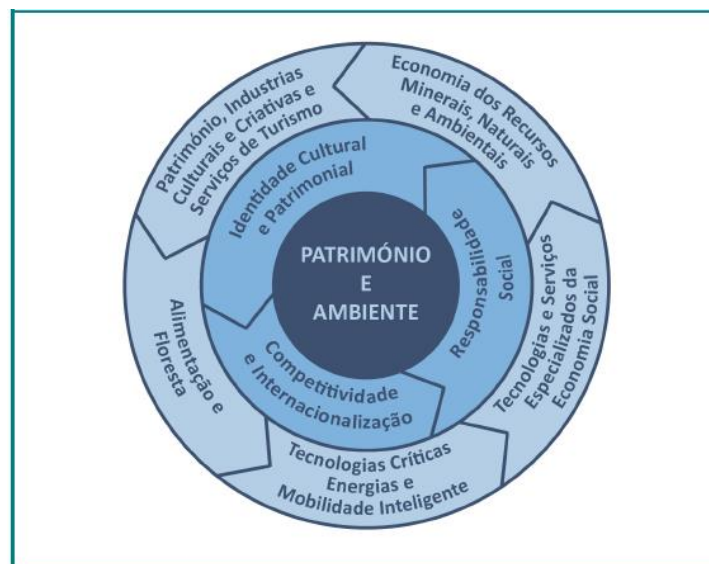
A renovação da base económica baseada nos recursos endógenos e na excelência ambiental e patrimonial da região constituiu a aposta estratégica do PAR 2020, sendo de destacar os seguintes domínios estratégicos:

- dinamização de uma base produtiva que potencie económica e socialmente a excelência ambiental e patrimonial da região, com capacidade para abranger os territórios de baixa densidade, renovados pelo conhecimento, evoluindo para a estruturação de relações com o mercado interno e acompanhando o esforço de exportação já hoje presente em setores

- tradicionais com valor estratégico, mas que carece de escala, a partir de processos de organização e de comercialização modernos das produções primárias;
- valorização das atividades regionais competitivas no complexo agroindustrial e agroalimentar, englobando o montado com expressão também na fileira das carnes (sistema de produção extensivo) e na produção de produtos de elevada qualidade com *denominação de origem*;
 - afirmação de mercado (a nível interno e externo) de produtos turísticos (enoturismo, turismo cultural, turismo de natureza, turismo ativo e de aventura), com significativa expressão de recursos potenciais e de intenções de investimento em diversas sub-regiões;
 - desenvolvimento e dinamização de *clusters* económicos, como os tradicionais vinho e azeite, a pedra natural que poderá evoluir para um pólo de recursos minerais, onde várias sub-regiões têm potencial de recursos e capacidade de mineração instalada e a aposta nas energias renováveis (biomassa, fotovoltaica, eólica,...).

A “Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo” (EEIA), processo de identificação de pilares de construção de vantagens competitivas, de prioridades e de opções, propõe o património e o ambiente, como os dois elementos estruturantes para a região enquanto fatores “únicos e diferenciadores” (CCDRA, 2014: 89):

Figura 2: Racional de Especialização Inteligente para o Alentejo



Fonte: CCDRA (2014)

A EEIA visa melhorar a competitividade e a internacionalização da economia regional, estimulada por dinâmicas de crescimento associadas à investigação e inovação e de articulação com o sistema científico e tecnológico regional (SCTR), identifica cinco domínios que se destacam pelo seu carácter distintivo, pelas vantagens competitivas, capacidades e competências do SCTR, em torno do qual propõe o racional da estratégia regional de especialização inteligente do Alentejo (CCDRA, 2014, 90):

Quadro 2: Domínios de Especialização e Respetivos Racionais de Especialização da EEIA

Domínio de especialização	Racional de especialização
Alimentação e floresta	Valorizar a dimensão territorial e as condições edafoclimáticas, promovendo a articulação entre a agricultura e a agroindústria, visando integrar a cadeia de valor e elevar o controlo sobre a mesma, o valor apercibido dos produtos dos produtos alimentares alentejanos pela articulação com a cultura e o turismo, bem como explorar oportunidades tecnológicas e de mercado para a emergência de empresas intensivas em conhecimento nos domínios da agricultura de precisão, introduzindo sistemas avançados de produção com forte componente eletrónica, sensores e TIC, bem como modelos e controlo de gestão da produção.
Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais	Valorizar a riqueza geológica, natural e ambiental do Alentejo, potenciando o crescimento, a clusterização de atividades económicas inovadoras e a diversificação estrutural em torno das indústrias extrativas e fomentando a emergência de atividades de design, de criação de novos materiais de construção, de tecnologias de produção e exploração sustentáveis, promovendo a reciclagem de materiais, energia, recursos e biotecnologia marinha, promovendo a valorização do património natural e ambiental.
Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	Valorizar o património, natural e cultural, enquanto principal riqueza e traço distintivo, através da articulação com as indústrias culturais e criativas que contribuam para o posicionamento da região enquanto região cultural e criativa, potenciando a expansão de serviços de turismo especializados e fomentando a articulação com outros domínios associados à alimentação e ao ambiente.
Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente	Valorizar as tecnologias críticas, nomeadamente ao nível da gestão de redes e sistemas de segurança informática, ou de sistemas interativos que pela sua transversalidade apresentam uma margem de progressão e que se articulam particularmente com as temáticas da energia e da mobilidade. Pelas características do Alentejo e pela economia consolidada no âmbito dos combustíveis, importa valorizar as energias renováveis (solar e biomassa) e a energia convencional, podendo alavancar o desenvolvimento de uma especialização em tecnologias de suporte e de produção de energia de fontes renováveis, bem como o desenvolvimento de tecnologias de mobilidade inteligente, aqui potenciando o posicionamento geoestratégico da região enquanto corredor logístico.
Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	Direcionar competências científicas e empresariais para a criação de novas soluções tecnológicas e de novos modelos de negócios que, de forma inovadora, promovam uma melhor oferta de serviços sociais e suportem a implementação de novos modelos de negócios, com vista à resposta aos desafios sociais e assim cimentar uma economia social multidimensional, integrando atividades educativas, inclusivas, regeneração urbana, microcrédito, turismo, saúde e envelhecimento ativo, bem como o apoio ao empreendedor e inovação no local de trabalho.

Fonte: CCDRA (2014)

Considera-se no contexto da EEIA que o domínio da “Alimentação e Floresta” é o que evidencia maior consolidação, contando já com uma sólida base de competências, científica e económica e prevendo-se que a expansão do regadio possam potenciar a evolução para a introdução de culturas de maior valor acrescentado e de menores ciclos produtivos; ao passo que os domínios “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo” e “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”, baseados nos fatores património, cultura e ambiente (transversais à base competitiva do Alentejo), correspondem, respetivamente, aos domínios em consolidação e em emergência e de elevado potencial económico, em expansão, sendo de salientar nestes domínios o potencial das atividades económicas associadas ao turismo e à economia social. Assinala-se também o potencial de articulação entre o domínio emergente das “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente” (sublinhando a excelência dos nichos da energia solar, química, mecatrónica e sistemas de segurança) com o domínio mais consolidado da “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais”.

A articulação daqueles cinco domínios perspetiva um modelo de três níveis de consolidação dos domínios de especialização: Alimentação e Floresta, Património Cultura e Sociedade e Tecnologias e Economia Verde.

O “Plano de Ação Regional – Alentejo 2020” (CCDRA, 2013) estabelece como prioridades de intervenção regional no horizonte 2020, organizadas em quatro prioridades temáticas da coesão e apoiadas em treze iniciativas-âncora:

Quadro 3: prioridades de intervenção regional no horizonte 2020 – Plano de Ação Regional – Alentejo 2020

Prioridades de intervenção regional no horizonte 2020	Prioridades temáticas da coesão	Iniciativas-âncora
Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	Competitividade e Inovação	Sistema Regional de Inovação
Qualificação e Internacionalização de Ativos do Território		Qualificação e Promoção de Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico
Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Patrimonial da Região		Economia do Mar
		Agricultura de Regadio
		Plataforma Logística Agroalimentar
		Turismo Alentejo e Ribatejo
		Património e Cultura
		Economia Verde
Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais	Desenvolvimento Sustentável	Áreas Protegidas
		Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
		Sistema Urbano Policêntrico
Qualificações, Empregabilidade e Coesão Social	Formação do Potencial Humano	Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão
	Coesão Social	Economia Social

Fonte: CCDRA (2013)

Numa referência particular à NUT III Alentejo Central, a “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alentejo Central 2020” (EIDT) - trabalho desenvolvido pela CIMAC e pela ADRAL - propõe-se uma estratégia de desenvolvimento integrado envolvendo três dimensões complementares:

- Coesão e solidariedade territorial, garantindo a todas as sub-regiões adequados níveis de desenvolvimento económico e social;
- Coesão Social, garantindo à escala regional elevados padrões de bem-estar, de qualificações e de emprego;
- Sustentabilidade Ambiental, garantindo elevados níveis de preservação ambiental da região, do seu património natural e paisagístico.

A EIDT do Alentejo Central (EIDT AC), procura valorizar as dinâmicas de transformação da base económica regional, seja através da redinamização do tecido produtivo no setor agroflorestal e agroalimentar, da consolidação e qualificação das atividades turísticas e dos produtos turísticos, relacionados com o património natural e paisagístico e ao património histórico-cultural, seja através da atração de novos investimentos e da localização de novas empresas em setores emergentes (TIC, aeronáutica, mecatrónica, energias renováveis).

A EIDT AC formula cinco desígnios que configuram o posicionamento da sub-região:

- A projeção do Alentejo Central como plataforma territorial fundamental ao desenvolvimento e competitividade económica da região Alentejo.

Neste âmbito salienta-se o especial interesse estratégico e potencial dos domínios de especialização inscritos na EEIA (ver supra).

O domínio da Alimentação e da Floresta, destacando-se a cadeia agroindustrial e alimentar, os setores da olivicultura e da vitivinicultura, o sistema agro-silvo-pastoril do Montado que integra a produção da cortiça, a pecuária extensiva, a que estão associadas atividades tradicionais agroalimentares e outras produções complementares (mel, cogumelos, ervas aromáticas, caça, entre outras).

O domínio dos Recursos Naturais, Tecnologias e Ambiente, destacando-se o *cluster* das rochas ornamentais.

O domínio do Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo que compreende um vasto conjunto de atividades relacionadas com o valoroso património cultural, edificado e imaterial (destacando-se o Centro Histórico da cidade de Évora, Património da Humanidade, o Cante Alentejano reconhecido Património Imaterial da Humanidade e a Arte Chocalheira, reconhecida como Património Cultural Imaterial com Necessidade de Salvaguarda Urgente, classificados pela UNESCO), suportes do crescimento sustentado dos setores económicos artísticos e culturais, das indústrias criativas de base cultural e do turismo.

O domínio da Economia Verde, da Energia e da Mobilidade Inteligente, compreendendo o conjunto de atividades emergentes baseadas em tecnologia e inovação (setor aeronáutico e setor energético, incluindo as energias renováveis).

O domínio das Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social, destacando-se a dimensão e inovação social e dos serviços de proximidade, com crescente recurso às TIC.

A consolidação da competitividade da economia regional, mobilizando instrumentos de ação nos planos das políticas ativas de emprego e da organização e funcionamento do setor da educação e formação profissional, carecendo de uma melhor articulação entre as organizações deste setor por forma ao ajustamento das ofertas formativas em função das necessidades presentes e dos desafios motivados pela estratégia regional de especialização inteligente, constitui igualmente uma dimensão muito relevante no quadro da promoção da sua competitividade e internacionalização.

- O desenvolvimento e qualificação de estruturas territoriais urbanas numa perspetiva de reforço das condições de dinamização económica e de coesão e sustentabilidade territorial e social da sub-região.

Neste âmbito impõe-se a promoção de um conjunto integrado de intervenções envolvendo: o incremento e qualificação da atratividade económica, logística e de serviços; a qualificação urbana (estrutura e morfologia urbanas, reabilitação e valorização do património urbanístico e edificado, oferta de equipamentos e de serviços à população); a qualidade de vida e o desenvolvimento social; a identidade e valorização cultural.

- A preservação das características distintivas do património paisagístico e natural da sub-região.

A preservação do património ambiental e paisagístico constitui um fator essencial para a proteção da biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas numa perspetiva de utilização sustentável dos recursos naturais. A promoção sustentável do sistema multifuncional do Montado constitui uma das prioridades regionais neste âmbito e um valor cultural, ambiental e económico conferindo-lhe um estatuto de “paisagem cultural”. Há que salientar o processo, coordenado pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo, de candidatura do Montado a “paisagem cultural” enquanto Património da Humanidade, possibilitando uma intervenção integrada neste sistema agro-silvo-pastoril, em benefício da sustentabilidade económica e social e da competitividade da economia local, viabilizando as atividades associadas aos diferentes setores da cadeia de valor (cortiça, paisagens extensivas, criação do porco de montanha, agroalimentar, produção de mel, ervas aromáticas, cogumelos, etc.). A sustentabilidade do Montado, no âmbito das políticas para as áreas rurais de baixa densidade, pode assumir-se como fator essencial para contrariar ou amenizar a tendência de regressão demográfica e de desertificação.

- A promoção dos níveis de desenvolvimento e bem-estar social e a criação de um quadro de respostas aos fenómenos de exclusão social.

Destacam-se neste âmbito as intervenções promotoras de inclusão ativa, de inovação social, de parceria e de mediação cultural, bem como de criação e de promoção do emprego e de apoio à criação de empresas. Destacam-se ainda as intervenções de combate ao abandono escolar precoce e de promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação e formação profissional, bem como de acesso da população à cultura e à fruição do património.

- O fomento da capacitação institucional e da cooperação territorial assente no alargamento e reforço das plataformas de colaboração e parceria institucional.

Neste âmbito salientam-se os esforços de modernização administrativa das autarquias, da reorganização de serviços, da formação e do incremento e qualificação das competências dos seus quadros de recursos humanos, assim como da melhoria dos instrumentos de planeamento e de gestão administrativa e territorial, a melhoria dos sistemas de informação

e de observatórios de dinâmicas territoriais, incluindo a cooperação transfronteiriça e as parcerias de âmbito local regional, com recurso sistemático às TIC.

2.2. Ambiente Interno: caracterização sumária

Oferta formativa autorizada em funcionamento

No final do ano de 2017 encontravam-se em funcionamento 24 grupos-turmas (22 de Cursos Profissionais e 2 de Cursos Educação-Formação de Jovens), repartidas pelo 1.º Ano (9 turmas), 2.º Ano (8 turmas) e 3.º Ano de formação (7 turmas).

Tendo por referência a CNAF (Classificação Nacional de Áreas de Formação), a distribuição dos grupos-turmas por áreas de formação era a seguinte:

Hotelaria e Restauração (Código CNAF 811) – 8 turmas

- Técnico de Restauração (6)
- Técnico de Receção (1)
- CEF Empregado de Andares (1)

Audiovisuais e Produção dos Media (Código CNAF 213) – 6 turmas

- Técnico de Multimédia (5)
- Técnico de Vídeo (1)

Serviços de Apoio a Crianças e Jovens (Código CNAF 761) – 4 turmas

- Técnico de Apoio à Infância (3)
- CEF Acompanhante de Crianças (1)

Saúde (Código CNAF 729) – 3 turmas

- Técnico Auxiliar de Saúde (3)

Marketing e Publicidade (Código CNAF 342) – 1 turma

- Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade (1)

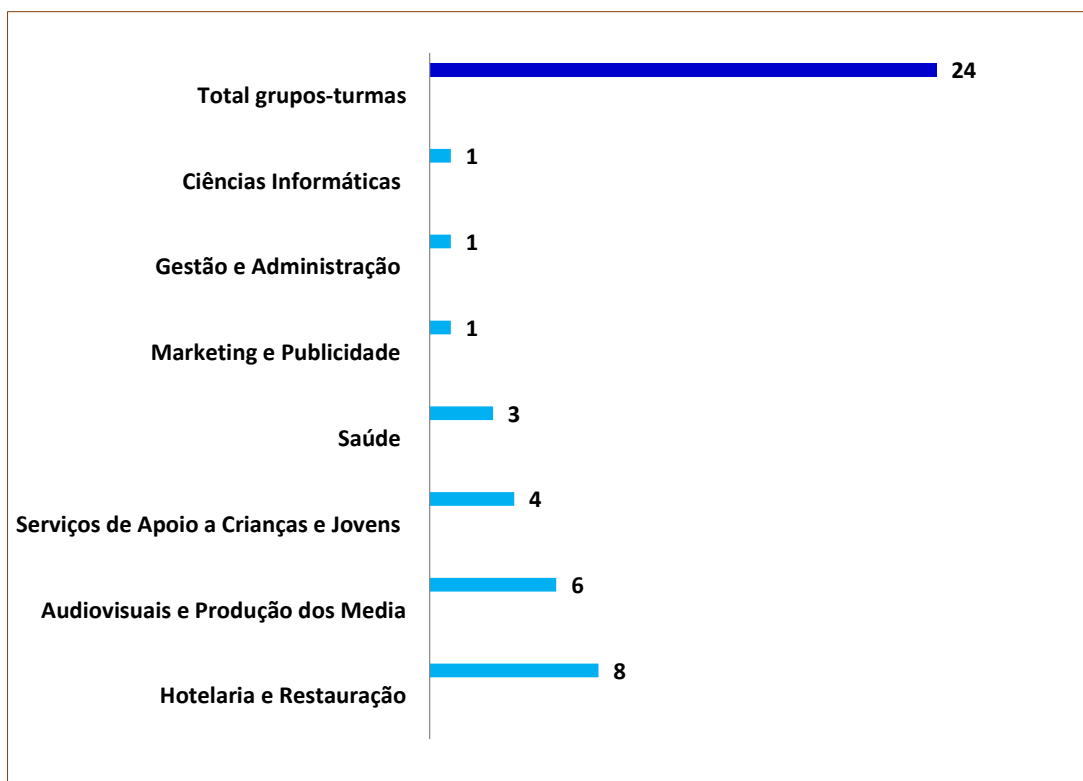
Gestão e Administração (Código CNAF 345) – 1 turma

- Técnico de Gestão (1)

Ciências Informáticas (Código CNAF 481) – 1 turma

- Técnico de Informática de Gestão (1)

Gráfico 2: Cursos Profissionais e Cursos Educação-Formação de Jovens da EPRAL, dezembro de 2017 (Distribuição de grupos-turmas por áreas de formação)



Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

Salientamos a preponderância do Curso Profissional de Técnico de Restauração (com as saídas profissionais de Técnico de Cozinha-pastelaria e de Técnico de Restaurante-bar), do Curso Profissional de Técnico de Multimédia, de Técnico de Apoio à Infância e de Técnico Auxiliar de Saúde - que no seu conjunto representam 17 turmas de Cursos Profissionais (cerca de 71%) - aos quais se tem mantido associado um nível de procura muito significativo por parte de jovens e famílias, contribuindo em muito para a constituição de turmas heterogéneas, quando relacionados com a origem territorial dos/as formandos/as.

População escolar

No final do ano de 2017 a população escolar da EPRAL (formandos/as) somava 496 jovens de ambos os géneros, envolvendo Cursos Profissionais (N4 - 12.º Ano) e Cursos Educação-Formação (N2/T2 - 3.º Ciclo do ensino básico) com a seguinte distribuição relativamente aos respetivos anos curriculares (cf. Quadros 4, 5 e 6):

Quadro 4: Distribuição dos alunos da EPRAL, por ano de escolaridade e género - dezembro de 2017

Ano	Género				Totais	
	FEM	%	MASC	%	N	%
1.º	114	59,4	78	40,6	192	38,71
2.º	83	53,9	71	46,1	154	31,04
3.º	70	46,7	80	53,3	150	30,24
Totais	267	53,8%	229	46,2%	496	100

Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

Quadro 5: Distribuição dos alunos de Cursos de Educação Formação da EPRAL, por ano de escolaridade e género - dezembro de 2017

Ano	Género				Totais	
	FEM	%	MASC	%	N	%
1.º	11	42,3	15	57,7	26	100
Totais	11	42,3%	15	57,7%	26	100

Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

Quadro 6: Distribuição dos alunos de Cursos Profissionais (nível 4) da EPRAL, por ano de escolaridade e género - dezembro de 2017

Ano	Género				Totais	
	FEM	%	MASC	%	N	%
1.º	103	62,0	63	38,0	166	35,3
2.º	83	53,9	71	46,1	154	32,8
3.º	70	46,7	80	53,3	150	31,9
Totais	256	54,5%	214	45,5%	470	100

Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

Na distribuição por anos curriculares e género, constatamos a predominância de:

- **jovens no 1.º Ano de formação**, 192 (cerca de 38,7% da população escolar em atividade);
- **grupo feminino**, 267 (cerca de 53,8% da população escolar em atividade) - ainda que pontualmente surja uma predominância do grupo masculino (CEF e 3.º Ano de Cursos Profissionais).

Relativamente à origem geográfica e político-administrativa da população escolar discente, envolvendo Cursos Profissionais (N4 - 12.º Ano) e Cursos Educação-Formação (N2/T2 - 3.º Ciclo do ensino básico), verificámos a seguinte distribuição, por ano curricular:

Quadro 7: Distribuição dos alunos dos cursos da EPRAL, em NUT 3 do Alentejo e por ano curricular - dezembro de 2017

Região/referência administrativa NUT	Ano Curricular 2017-18						Totais	
	1.º		2.º		3.º			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Alentejo Central	178	38,4	140	30,2	146	31,5	464	93,5
Alto Alentejo	4	-	5	-	2	-	11	2,2
Baixo Alentejo	7	-	7	-	1	-	15	3,0
Alentejo Litoral	1	-	0	-	0	-	1	0,2
Outras	2	-	2	-	1	-	5	1,0
Totais	192	38,71%	154	31,04%	150	30,24%	496	100
Concelho de Évora	90	43,5	58	28,1	59	28,5	207 ^{a)} (41,7%)	100

a) Relativamente ao nº. total de formandos/as em atividade no final de dezembro/2017

Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

Na análise da distribuição de origem geográfica e político-administrativa dos formandos/as em atividade no final do mês de dezembro/2017, constatamos a predominância da Região Alentejo Central (NUTIII), enquanto região de origem dos/as formandos/as da EPRAL (93,5%), com predominância para o Concelho de Évora, c/ cerca de 42% (207/496, formandos/as). Este facto salienta o cariz regional do projeto educativo e a capacidade de atração da EPRAL no âmbito da região Alentejo Central.

Na ponderação dos valores relativamente à Região Alentejo (NUTII), isto é, na agregação dos valores apurados nas sub-regiões (NUTIII), constatamos que cerca de 99% dos/as formandos/as da EPRAL (491/496) são originários da Região. No ano de 2016, este valor era da ordem dos 97,5%. Por outro lado, quanto à origem “Concelho de Évora”, no ano de 2016 representava cerca de 40%. Assim, quanto ao ano de 2017 e comparativamente ao ano de 2016, assinalamos um ligeiro aumento da influência da Região (+ cerca de 1,5%) e do Concelho de Évora (+cerca de 2%)

enquanto territórios de origem dos/as formandos/as. Neste contexto, parece-nos oportuno aprofundar um pouco mais o conhecimento quanto à origem dos formandos/as no âmbito da NUTIII Alentejo Central, excluindo o Concelho de Évora:

Quadro 8: Origem dos Formandos/as no âmbito da Nut III Alentejo Central (excluindo o Concelho de Évora).

Concelho	Ano curricular 2017-18						Total	
	1.º		2.º		3.º			
	N	%	N	%	N	%	N	%
ALD	7	8,0	7	8,5	3	3,4	17	6,6
ARR	5	5,7	1	1,2	4	4,6	10	3,9
BOR	4	4,6	3	3,7	0	0	7	2,7
ETZ	2	2,3	4	4,9	1	1,2	7	2,7
MMN	9	10,3	19	23,2	18	20,7	46	18,0
MOR	4	4,6	1	1,2	4	4,6	9	3,5
MOU	2	2,3	3	3,7	3	3,4	8	3,2
PRT	11	12,6	19	23,2	28	32,2	58	22,7
RDD	9	10,3	6	7,3	8	9,2	23	9,0
RMZ	7	8,0	1	1,2	1	1,2	9	3,5
VNA	13	14,9	7	8,5	5	5,7	25	9,8
VND	10	11,5	7	8,5	11	12,6	28	10,9
VVÇ	4	4,6	4	4,9	1	1,2	9	3,5
Totais	87	34% ^{b)}	82	32% ^{b)}	87	34% ^{b)}	256 ^{a)} 51,6%	100

a) Relativamente ao nº. total de formandos/as em atividade no final de dezembro/2017

b) Relativamente ao nº. total de formandos/as no respetivo ano curricular

Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

Como podemos verificar através dos dados plasmados na tabela acima e das representações gráficas que se seguem, os/as formandos/as provenientes de outros Concelhos - que não o Concelho de Évora - que integram a NUT III Alentejo Central, representavam cerca de 51,6% (256) do total da população discente no final do ano de 2017.

Representavam cerca de:

- 34% no conjunto de cursos-turmas de 1.º Ano;
- 32% no conjunto de cursos-turmas de 2.º Ano;
- 34% no conjunto de cursos-turmas de 3.º Ano;

Em termos de representatividade local destacavam-se:

- No conjunto de cursos-turmas de 1.º Ano, o Concelho de Viana do Alentejo (c/ 14,9%) e o Concelho de Portel (c/ 12,6%);
- No conjunto de cursos-turmas de 2.º Ano, os Concelhos, de Montemor-o-Novo e de Portel (ambos c/ 23,2%);
- No conjunto de cursos-turmas de 3.º Ano, o Concelho de Portel (c/ 32,2%) e o Concelho de Montemor-o-Novo (c/ 20,7%);
- Na agregação de todos os cursos-turmas, o Concelho de Portel (c/ 22,7% - total de 58 formandos/as distribuídos/as pelos 3 anos curriculares) e o Concelho de Montemor-o-Novo (c/ 18% - total de 46 formandos/as distribuídos/as pelos 3 anos curriculares).

Salienta-se que, embora em pesos diferentes e flutuantes, todos os Concelhos que integram o território da NUTIII Alentejo Central estavam representados na população discente da EPRAL com um peso global muito significativo (51,6%).

Docentes

No final do ano de 2017 o **grupo de docentes** era constituído por **34 pessoas** e apresentava as seguintes características:

1. Tipo de vinculação e de ocupação
 - Titulares de Contrato Individual de Trabalho/Contrato sem Termo (CIT/CST), 23 (67,6%)
 - Titulares de Contrato de Trabalho a termo Certo, 2 (5,9%)
 - Prestadores/as de Serviços, 9 (26,4%)
 - A tempo integral, 25 (73,5%)
 - A tempo parcial, 9 (26,4%)

O grupo era maioritariamente constituído por docentes com vínculo contratual sem termo à Fundação Alentejo (entidade proprietária da EPRAL) e exercia funções profissionais a tempo inteiro (73,5%); pontualmente, estavam contratados/as na qualidade de prestadores/as de serviços, formadores/as externos/as - geralmente profissionais nas respetivas áreas de formação, ainda que igualmente titulares de habilitações e de qualificações para a docência - para disciplinas das componentes de formação técnica (26,4%).

2. Habilitações, qualificações para a docência e experiência profissional

- Formação superior, 31 (91,2%)
- Nível 4 e Nível 5 de qualificação profissional, 3 (9,7%)
- Profissionalizados/as, 25 (73,5%)
- Titulares da CAP/Formador/a, 34 (100%)
- Nº. médio de anos de trabalho em funções docentes, entre 13-14 anos (cerca de 17 anos, se considerados apenas os/as docentes titulares de CIT/CST)

O grupo era maioritariamente constituído por professores/as e formadores/as com formação superior (91,2%), profissionalizados/as (73,5%) e titulares de Certificado de Competências Pedagógicas/CAP (100%); o número médio de anos de trabalho em funções docentes era da ordem dos 13-14 anos, se considerado todo o grupo docente.

3. Outras variáveis

- Distribuição por sexos, FEM = 20 (58,8%) – MASC = 14 (41,2%)
- Média de idades entre 40-41 anos (44 anos, se considerados apenas os/as docentes titulares de CIT/CST)

O grupo de docentes era maioritariamente constituído por mulheres (58,8%); a média de idades, em anos, era da ordem dos 40 anos.

Os dados apresentados sucintamente, permitem-nos concluir que se trata(va) de um grupo profissionalmente estável, qualificado e habilitado para as funções docentes, com maturidade e experiência profissional relevante.

2.3. Análise SWOT

Em função do exposto, e da experiência da Escola, da informação recolhida junto dos atores internos e de *stakeholders* no âmbito do processo de conceção deste Projeto Educativo, apresentam-se, como síntese, as principais forças e fragilidades da EPRAL (sistema interno), bem como as oportunidades e ameaças que decorrem da envolvente externa, fatores que impactam na prossecução das suas atividades.

Forças:

- Capital humano estável e altamente qualificado;
- Elevada qualidade das instalações e equipamentos;
- Entidade formadora certificada pela DGERT e com Autorizações de Funcionamento do ME e MTSS;
- Posição de liderança no Ensino Profissional na região, e de referência no país;
- Reconhecimento público da instituição, no plano regional, nacional e internacional;

- Capacidade permanente de adequação da Oferta Formativa às necessidades do mercado de trabalho;
- Boas Práticas no desenvolvimento de Formação Prática em Contexto Real de Trabalho;
- Forte rede de cooperação com as instituições/empresas da região;
- Experiência consolidada na implementação de projetos educativos;
- Elevados níveis de eficácia interna (resultados escolares) e de eficácia externa (empregabilidade);
- Sistema de garantia da qualidade e de autoavaliação;
- Experiência na Cooperação com o Universo da Lusofonia (no acolhimento de formandos/bolseiros) e partilha de *Know how* com organizações similares no Universo da Lusofonia;
- Cooperação e desenvolvimento conjunto de Projetos com instituições de educação e formação da União Europeia;
- Vocação e prática na cooperação para o desenvolvimento sustentada em projetos de formação profissional;
- Oferta formativa enquadrada nas necessidades da formação do território;
- Gestão pedagógica orientada para suprir pausas nos tempos letivos;
- Participação em redes e grupos de planeamento do serviço educativo com flexibilidade curricular e inovação pedagógica.

Fragilidades:

- Contingências decorrentes das modalidades e faseamento de pagamentos/reembolsos, dos financiamentos públicos inerentes ao tipo de serviço público que presta;
- Manutenção de quadros de pessoal, docente e não docente, estáveis, com elevados custos financeiros para a entidade proprietária da EPRAL, dificultando a renovação de recursos humanos;
- Dificuldade no acesso a outros operadores de educação, nomeadamente a escolas públicas com oferta de ensino profissional na região, para divulgação da oferta formativa da escola;
- Necessidade de angariação de alunos oriundos de outras regiões;
- Práticas docentes demasiado orientadas para o trabalho individual, em detrimento do trabalho colaborativo;
- Dificuldades na implementação generalizada de estratégias de diferenciação pedagógica, em resposta a necessidades específicas de alunos/as;

- Taxa de desistência/abandono escolar, por motivações não imputáveis à escola, com impacto negativo no financiamento público;
- Ausência de uma valência interna, estruturada e especializada, de psicologia, de apoio psicopedagógico e de orientação vocacional;
- Dificuldade na constituição de equipas pedagógicas dedicadas em exclusivo a determinadas áreas de formação/cursos profissionais e de garantia de horários escolares estáveis, potenciadores do trabalho colaborativo entre os docentes;
- Imagem externa da escola por vezes associada ao preconceito, ainda persistente na sociedade, pouco valorizador do ensino profissional.

Oportunidades:

- Estabelecimento de Parcerias e Protocolos com as mais diversas entidades institucionais e empresariais, em Portugal, na Europa e na Lusofonia;
- Reconhecimento público da ética, transparência institucional e *know how* da instituição;
- Valorização pública das qualificações intermédias, nomeadamente de percursos de educação-formação, profissionalizantes, de dupla qualificação;
- Metas e objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Regional Alentejo 2020, documento orientador, no médio prazo, em matéria de desenvolvimento socioeconómico regional e, em particular, na definição de prioridades de formação e de qualificação de recursos humanos, em áreas de atividade emergentes, em desenvolvimento e/ou consolidadas da economia regional;
- Recetividade das empresas no que se refere à integração dos alunos em FCT;
- Interesse das famílias por uma escola segura, com resultados de sucesso e com disponibilidade de serviços de apoio educativo;
- Políticas educativas do governo no alargamento da educação e da formação contínua;
- Escolaridade mínima obrigatória instituída (12 anos);
- Aposta de políticas públicas de educação/formação no “pós-secundário”, valorizadoras do ensino secundário e dos percursos de educação-formação profissionalizantes;
- Contexto legislativo favorável ao prosseguimento de estudos por parte dos alunos do ensino profissional;
- Contexto legislativo favorável à autonomia das escolas e da flexibilidade na organização escolar e na gestão pedagógica curricular;
- Recetividade a novos projetos de cooperação, na área da educação e formação, nos países de língua oficial portuguesa;

- Desenvolvimento de programas transnacionais, no quadro da União Europeia, nas áreas da educação/formação;
- Emergência de novas áreas de formação estratégicas (ex: agricultura tecnológica; redes informáticas; aeronáutica; design; serviços comerciais).

Constrangimentos:

- Insuficiência dos limites orçamentais estabelecidos pelos sucessivos programas de financiamento do ensino profissional;
- Imposição de um número mínimo de alunos (24) para constituição de grupos-turma, em regiões de baixa densidade demográfica;
- Permanência da oferta de ensino profissional em escolas públicas;
- Fatores sociodemográficos (diminuição do número de jovens em idade escolar);
- Reduzida cultura de trabalho em rede e de escassa cooperação entre as escolas;
- Permanência de alguma conotação socialmente penalizadora associada à opção pela frequência de cursos profissionais;
- Constrangimentos socioeconómicos da Região Alentejo;
- Debilidade do tecido empresarial da região;
- Complexidade burocrática e morosidade na tomada de decisão em projetos de cooperação.
- Restrição na atribuição de apoios financeiros aos jovens que, sendo residentes noutras regiões com oferta formativa similar de cursos profissionais, pretendam frequentar a EPRAL, por opção própria e familiar:
- Restrições ao desenvolvimento da oferta formativa impostas pelo SANQ (Sistema de Antecipação Nacional de Qualificações) e das redes escolares nos territórios – descentramento das respostas de formação a objetivos estratégicos, em benefício da sobrevivência das escolas.
- Escassez de oferta da rede de transportes públicos, cujos horários dificultam o funcionamento da escola.

3. Orientação Estratégica da EPRAL

Tendo presente a sua “oferta formativa autorizada”, o perfil de especialização e o seu histórico em matéria de resultados, o desenvolvimento da oferta formativa da EPRAL deve acompanhar as expectativas de desenvolvimento regional no Alentejo, atendendo às prioridades de formação e de qualificação de recursos humanos, seja na resposta a necessidades de mão-de-obra qualificada já salientadas e com expectativas de rápida empregabilidade, em setores consolidados da atividade económica regional (como sejam, a título de exemplo, o agroalimentar, a hotelaria e o turismo, as indústrias criativas e culturais, a saúde e a educação), seja quanto a necessidades de formação e de qualificação de recursos humanos em áreas económicas emergentes e/ou em consolidação (como sejam, por exemplo, as redes informáticas e os sistemas de segurança informática, os multimédia, os sistemas de automação e comando, os sistemas de informação geográfica no apoio à mobilidade e gestão do território), acrescentando o importante setor-suporte e transversal à economia da administração, gestão, distribuição e marketing (gestão, marketing, relações públicas e publicidade, comércio e vendas).

Pretendemos, neste amplo contexto de desígnios, prioridades, expectativas e oportunidades, contribuir para a fixação da população, para a atração de novos residentes e de projetos de investimento produtivo de valor acrescentado, através da formação e qualificação profissional de jovens, assumindo a disponibilidade de mão-de-obra qualificada enquanto fator locativo decisivo na atração do investimento produtivo e na instalação de empresas no Alentejo, tendo também presentes as orientações e objetivos da estratégia 2020 em matéria de educação-formação:

- Reduzir o abandono escolar precoce para 10%, na escolaridade obrigatória;
- Aumentar o nº. de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional com reforço da formação em contexto de trabalho;
- Contribuir para o aumento de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equiparado entre os 30-34 anos para 40%;
- Ajustar a oferta formativa às necessidades, presentes e prospetivas, do mercado de trabalho regional.

3.1. Missão

A EPRAL tem como missão ***ministrar aos seus alunos e formandos uma formação de elevada qualidade, por forma a que desenvolvam saberes e competências que lhes permitam iniciar e desenvolver um percurso formativo ao longo da vida, possibilitando-lhes uma inserção***

sustentável no mercado de trabalho, ou o prosseguimento de estudos superiores, em conformidade com os projetos de vida dos seus diplomados.

A formação ministrada na EPRAL é sustentada na excelência de um processo educativo integral, conduzido e concretizado por profissionais de reconhecida competência.

No plano do modelo pedagógico, no planeamento, organização e desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, a EPRAL adota a “Estrutura Modular”, enquanto modelo de referência, possibilitando a construção de percursos formativos flexíveis, ajustados às necessidades e interesses dos seus alunos, tendo em vista o sucesso escolar e educativo de todos.

A Direção da EPRAL, em articulação com a Direção Pedagógica, promoverão a melhoria contínua de todos os seus processos e fomentarão uma cultura de inovação associada à procura permanente das melhores oportunidades de aprendizagem para os seus alunos.

Em suma, a EPRAL tem como missão fundamental contribuir para o desenvolvimento da sociedade, proporcionando aos jovens formação qualificante e *saberes-fazer* efetivos que lhes permitam um desempenho profissional de excelência e uma plena integração na sociedade e no mundo laboral, em particular. Desta forma, a Escola Profissional da Região Alentejo:

- a) organiza a formação nos diversos níveis de educação e formação, integrados em percursos diversificados de qualificação profissional e de certificação escolar, com vista a dotar os jovens e os adultos de saberes e de competências que lhes propiciem uma inserção sustentável no mundo do trabalho;
- b) desenvolve plataformas e processos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, empresariais, socioprofissionais, associativas, sociais e culturais do tecido social, bem como entre a escola e as instituições públicas, às escalas, local, regional, nacional e internacional;
- c) faculta aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiências profissionalizantes, estruturados e inseridos na formação, preparando-os para a inserção socioprofissional, designadamente através da realização de estágios curriculares (formação em contexto real de trabalho);
- d) promove, conjuntamente com outros agentes, organizações e instituições, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados, que responda às necessidades reais e prospetivas do desenvolvimento integrado do país e da região Alentejo;
- e) faculta aos alunos uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os preparar para a vida profissional e para o prosseguimento de estudos;
- f) implementa uma oferta diversificada de cursos profissionais de nível secundário;

- g) promove o reconhecimento, a validação e a certificação das competências adquiridas ao longo da vida, através das vias formais e não formais, reconhecendo sistemas alternativos de aquisição de conhecimentos e de aprendizagens.

3.2. Visão

A EPRAL pretende ***continuar a afirmar-se como a escola profissional de referência na região Alentejo, em Portugal e na Europa.***

A escola considera que o Ensino Profissional ocupa um papel central na construção do futuro da sociedade portuguesa e ambiciona responder às necessidades educativas e formativas dos jovens, dos adultos e do tecido económico e social da região Alentejo, em particular, bem como contribuir para a concretização das justas expectativas dos organismos que tutelam a educação e a formação profissional.

Os jovens e os adultos que integram a comunidade educativa da EPRAL atingirão níveis de desenvolvimento integral facilitadores de uma vida plena de oportunidades nas dimensões, profissional, familiar e social e serão cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade humanista, aberta, pluralista, democrática, mais justa e solidária.

Os jovens diplomados pela EPRAL distinguir-se-ão, no plano das múltiplas profissionalidades, pelo elevado nível das suas competências pessoais, sociais e profissionais, constituindo-se como fatores decisivos para o desenvolvimento social e económico regional e para a afirmação da região Alentejo como uma região de excelência.

3.3. Valores

Os valores orientam a vida das organizações no plano ético e definem o seu posicionamento perante a comunidade nesta matéria.

Na EPRAL, escola comprometida com a formação de *cidadãos inteiros e autênticos*, consideram-se quatro grandes domínios estruturantes de valores, pilares da formação e da convivência no seio da comunidade e parâmetros de referência na perceção e avaliação da vida de todos na, e em, comunidade: autonomia, respeito, liderança e inovação.

- **Autonomia:**

Aplicação de saberes e implementação de procedimentos para a autodeterminação e para a construção da própria identidade.

Compreende os valores da Liberdade, da Responsabilidade, da Honestidade, da Perseverança e da Resiliência.

- **Respeito:**

Baseia-se numa atitude de empatia e de abertura à alteridade e à dissensão, a qual implica não só uma compreensão e um reconhecimento da diversidade, mas também uma disposição ativa para a equidade, inclusão e não discriminação.

Compreende os valores da Verdade e Confiança, da Tolerância e Empatia, da Solidariedade, da Participação em sociedade e da Democracia.

- Liderança:

Capacidade de ação exemplar para todos na comunidade. Habilidade para influenciar positivamente as pessoas para trabalharem entusiasticamente, visando o bem comum.

Compreende os valores da Excelência, da Proatividade e do Compromisso.

- Inovação:

No quadro do desenvolvimento humano, inovação, é um valor que se aproxima da noção de rotura paradigmática. Traduz a capacidade de criar, de melhorar, de induzir eficiência em processos de trabalho através de uma gestão racional e sustentável dos recursos disponíveis, de adaptação a novos contextos e condições.

Compreende os valores de Conceção, de Criação/Criatividade, de Superação, de Transformação e Mudança.

3.4. Princípios educativos

Na prossecução dos princípios estabelecidos pela Lei de Bases dos Sistema Educativo (Capítulo I da Lei 46/86, de 14 de outubro), assume-se que a EPRAL:

I. Considera a ***Declaração Universal dos Direitos Humanos***, os ***Princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança*** e a ***Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais***, como referências universais e princípios para a educação e defende um modelo de educação-formação que potencie o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do **respeito pelos direitos humanos**, pela **democracia** e pelas **liberdades fundamentais**.

II. Valoriza a importância do desígnio de **“Educação para todos”**, primeiro objetivo mundial da UNESCO. A EPRAL reconhece que as recomendações do **“Relatório Faure”** (Coordenação de Edgar Faure, 1972, publicação sob os auspícios da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) continuam a ser de grande atualidade; partilha do consenso internacional em torno dos quatro princípios constitutivos da educação no século XXI, expressos no **“Relatório Delors”** (Coordenação de Jacques Delors, 1996, publicação sob os auspícios da UNESCO): **“aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a ser”** e

“**aprender a viver juntos**”; e acompanha as preocupações e recomendações expressas pela UNESCO na recente publicação “Repensar a educação – Rumo a um bem comum mundial?” (Unesco, Brasil, 2016), propondo a afirmação da educação e do conhecimento como bens mundiais comuns. No plano nacional, em matéria de princípios educativos, a EPRAL revê-se no documento “**Perfil dos alunos à saída escolaridade obrigatória**” (Ministério da Educação, SEE, 2017) considerando-o enquanto referencial estratégico no desenvolvimento sua atividade pedagógica.

III. Reconhece **a educação e a formação como um direito humano fundamental**, base para a garantia da realização de outros direitos, essencial para a prosperidade, para um crescimento em paz, inclusivo e sustentável

IV. Propõe uma **abordagem pedagógica humanista**, compreensiva, sobretudo para com as pessoas que revelem maiores dificuldades de aprendizagem, culturalmente rica, aberta e exigente, potenciadora das qualidades individuais das pessoas que progridem nas aprendizagens como maior autotomia e capacidade de realização.

V. Considera que a **avaliação das aprendizagens** deve basear-se numa **abordagem formativa e formadora**, favorável à promoção do sucesso pessoal e escolar, ao desenvolvimento de processos metacognitivos e de autorregulação e da autonomia do aluno.

VI. Assume o **compromisso para com a educação para o desenvolvimento sustentável** e para uma **cidadania global** - compromisso favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências, valores e atitudes, indispensáveis à realização pessoal e social de alunos e educadores, em matérias tais como: direitos humanos, igualdade de género, multiculturalidade, cultura de paz e não-violência, compreensão e transformação do mundo, participação democrática em sociedade, viver e trabalhar em harmonia com os outros, contribuir para o desenvolvimento sustentável, proteção do ambiente e da vida no planeta.

VII. **Promove e valoriza os contributos de todos os membros da comunidade educativa**. Os órgãos dirigentes da EPRAL estão disponíveis para apoiarem iniciativas da comunidade que contribuam para a consolidação da formação, para a inovação e aperfeiçoamento de saberes e de competências, pilares dos *saber-fazer, saber-estar e saber viver em comunidade*.

VIII. **Promove e valoriza a adequação da sua oferta formativa** às necessidades do meio envolvente, bem como o aperfeiçoamento das suas práticas, organização e funcionamento, nomeadamente através dos resultados do sistema de gestão da qualidade, de recomendações do seu Conselho Consultivo, dos representantes de docentes e de não-docentes e dos representantes dos alunos, veiculadas por intermédio do Conselho Pedagógico, ou por iniciativa de grupos informais constituídos no âmbito da comunidade escolar.

IX. Considera que **o aluno é o centro da ação educativa**. É o sujeito em função do qual a escola existe e organiza a sua atividade, e do qual se espera um total empenhamento. O aluno da EPRAL deve ser tratado de forma personalizada, estimulado a participar nas decisões que envolvam as diversas dimensões da vida escolar, aconselhado e apoiado na resolução de problemas. A EPRAL forma profissionais qualificados, também cidadãos conscientes, participativos e responsáveis.

X. **Valoriza, respeita e atende à diversidade**, tanto nos processos de ensino-aprendizagem como na convivência escolar quotidiana. **Promove a equidade e igualdade de oportunidades**.

XI. Considera que **o contacto com o mundo do trabalho**, em contextos reais, antecedendo e preparando a inserção socioprofissional dos jovens, **é essencial para que os alunos possam aplicar os seus conhecimentos e competências**, e para que possam desenvolver e aperfeiçoar as competências necessárias ao desempenho de uma dada profissão. Assim, a EPRAL garante aos seus alunos a realização de Formação em Contexto de Trabalho prevista nos planos curriculares de todos os cursos profissionais e desenvolve todos os esforços para que esta componente prática da formação seja valorizada, em particular junto das entidades potenciais empregadoras.

XII. **Valoriza o talento, a criatividade e o espírito crítico, o comprometimento, o rigor, o sentido de responsabilidade, a pontualidade e a assiduidade** dos seus **alunos, professores e demais colaboradores**.

XIII. **Fomenta o diálogo científico e académico permanente, disciplinar e interdisciplinar, impulsionador do trabalho colaborativo**, fundamental para a compreensão e o confronto com os desafios suscitados pela sociedade do conhecimento.

XIV. **Recorre a docentes competentes, titulares de qualificações profissionais para a docência e que manifestam a maior disponibilidade** para corresponderem às solicitações dos alunos e para realizarem um ensino tendencialmente individualizado e dinâmico, promotor de aprendizagens significativas.

XV. **Promove o diálogo permanente com os encarregados de educação**, no sentido de estreitar os laços escola-família e de aprofundar uma **colaboração mútua**. Assim, tenta-se que as famílias e os encarregados de educação dos alunos da EPRAL sejam atores conscientes e informados do processo educativo dos seus educandos, que conhecem, compreendem e subscrevem o Projeto Educativo da EPRAL e respondem positivamente às suas solicitações.

XVI. **Possui normas reguladoras da vida escolar** que refletem os valores partilhados por toda a comunidade educativa, sendo, por conseguinte, de aplicação irrestrita, geral e abstrata. Considera-se que o Regulamento Interno da EPRAL - e demais documentos orientadores da organização e funcionamento da escola - não se esgota na sua função prescritiva. Ele constituiu um sistema de ordenamento de regras de vida em sociedade, reconhecido e assumido por

todos, desempenhando um papel formativo e pedagógico, promotor da autonomia, da autorregulação e da responsabilidade dos membros da comunidade educativa.

XVII. Assume, proativamente, **a defesa do meio ambiente**, promovendo a sensibilização e consciencialização de atitudes e ações de preservação, respeito e cuidado com o meio.

XVIII. Promove, através da sua ação educativa e formadora, **o usufruto de valores estéticos e artísticos e contribui para a melhoria da qualidade de vida da comunidade**, promovendo estilos de vida saudável, especialmente no que diz respeito a hábitos alimentares, à prática desportiva, ao desenvolvimento da afetividade e da sexualidade e à prevenção do consumo de substâncias aditivas.

XIX. É **uma instituição educativa dinâmica, aberta a intercâmbios e parcerias de âmbito local, nacional ou internacional**.

4.5. Objetivos, Metas e Atividades

A *Estrutura Modular*, permitindo a gestão flexível do currículo, respeitando as formas e os ritmos diversos de aprendizagem, o incremento do trabalho colaborativo entre formadores, visando articulações curriculares pertinentes e a planificação e desenvolvimento de projetos interdisciplinares, integradores, sustentados naquelas articulações; a perceção da centralidade da avaliação formativa e formadora, enquanto estratégias de promoção do sucesso escolar e da autonomia do aluno e o seu uso mais recorrente pelos docentes; o investimento na formação de formadores no plano das TIC, visando a criação e exploração de ambientes de aprendizagem e de comunidades virtuais de aprendizagem; o reconhecimento progressivo de fontes alternativas de conhecimento e aprendizagem e a validação de saberes ante escolares adquiridos pelos jovens; a promoção do diálogo entre diferentes visões do mundo de modo a que possamos identificar e partilhar um património comum, constituem-se, provavelmente, como as metas qualitativas mais relevantes que pretendemos atingir no que respeita ao desenvolvimento e qualificação dos processos de ensino-aprendizagem e da organização escolar.

Importa salientar que, em sede de Projeto Educativo, a formulação de objetivos bem como a sua concretização deve ser perspectivada ao longo do ciclo trienal de vigência do PE. Assim, os Planos de Atividades devem, também quanto a objetivos, metas e atividades, prever a sua articulação com os desígnios estabelecidos pelo PE. É ainda de referir que os objetivos se revestem de carácter pluridimensional, articulados entre si e que as atividades devem ser ponderadas de forma transversal, concorrendo o conjunto para a concretização do objetivo estratégico central.

No quadro deste Projeto Educativo, “afirmar a EPRAL como escola profissional de referência” implica considerar objetivos relacionados com os seguintes domínios:

- **Política Educativa;**
- **Resultados** - Escolares (i.é., sucesso e escolarização), Sociais (i. é., participação na comunidade escolar e nos órgãos de governo da organização escolar); Reconhecimento pela comunidade (i. é, de envolvimento e participação em iniciativas locais-nacionais);
- **Pedagogia/Prestação de Serviço Educativo** - Planeamento e organização dos processos de ensino-aprendizagem; Práticas pedagógicas; Acompanhamento e avaliação das práticas pedagógicas; Fomento do trabalho colaborativo entre professores; Dinamização de ações de intercâmbio/mobilidade europeia;
- **Liderança e Gestão** - Adoção e implementação de sistemas de garantia de qualidade; Revisão dos instrumentos de funcionamento, de regulação e de orientação; Formação profissional de docentes e não-docentes;
- **Organizacionais** - Melhoria da comunicação externa.

O conjunto de objetivos e atividades que propomos para o ciclo trienal de vigência do PE (maio de 2018 a julho de 2021) fundamentam-se em bases diagnósticas sólidas, nomeadamente no conhecimento do meio regional, dos seus problemas e das suas necessidades, no conhecimento e reconhecimento da identidade da EPRAL, dos seus valores, da sua cultura e da sua história, nos diversos relatórios de avaliação da sua atividade, nos inquéritos de avaliação da satisfação dos seus alunos e formandos e da comunidade local que serve, nas reflexões do seu Conselho Consultivo e na análise *SWOT* participada pelos seus colaboradores.

A EPRAL propõe-se atingir os seguintes objetivos (organizados em função dos domínios anteriormente referidos):

DOMÍNIO DA POLÍTICA EDUCATIVA

Objetivos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
Alargar o leque de oferta formativa da escola e responder positivamente ao plano estratégico nacional de cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos, de promoção do sucesso educativo e de redução do abandono escolar.	Diversificar a oferta formativa, tendo em conta os diagnósticos das prioridades formativas efetuados a nível nacional e regional.	N.º de áreas de formação, e de cursos profissionais, abrangidas pela oferta formativa da EPRAL nas candidaturas apresentadas no horizonte 2018-2021, comparativamente à oferta formativa em funcionamento no ano escolar de 2017-2018.	Publicidade realizada; Registo das divulgações da oferta formativa junto das escolas públicas; Registo da participação em iniciativas junto da comunidade envolvente; Candidaturas aprovadas (n.º. de turmas-cursos profissionais e áreas de formação respetivas); Turmas constituídas (n.º. de turmas efetivamente constituídas, cursos profissionais e áreas de formação respetivas).

DOMÍNIOS DOS RESULTADOS

Objetivos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
Melhorar os resultados obtidos pelos alunos dos cursos profissionais.	Até 2021, 80% dos alunos concluem o seu curso profissional com sucesso, na vigência do respetivo ciclo formativo; 85% dos alunos concluem o seu curso profissional, tendo transitado para o 3.º ano de formação.	Taxas de transição de ano curricular; Taxas de conclusão de curso.	Registos de matrículas realizadas na vigência dos ciclos de formação; Registo de classificações finais obtidas pelos alunos e nº. de certificados emitidos.
Reduzir o abandono escolar.	Diminuir progressivamente o abandono escolar em 10%, até 2021.	Taxa de abandono escolar da escola.	Registos sobre as desistências dos alunos.
Aumentar a empregabilidade e o prosseguimento de estudos dos alunos que concluem o ensino profissional.	70% dos alunos estão empregados e/ou prosseguem estudos no prazo de um ano após conclusão dos respetivos cursos profissionais.	Taxa de diplomados empregados ou em prosseguimento de estudos; Taxa de diplomados empregados na área da sua formação; Taxa de prosseguimento de estudos.	Inquérito ao universo de diplomados sobre a sua situação profissional (CF 2013-2016 a CF 2017-2020)
Fomentar o associativismo e a participação dos alunos nos órgãos de governo da EPRAL.	Os alunos estão representados no Conselho Consultivo e no Conselho Pedagógico da EPRAL. Até 2021, estará reconstituída e consolidada a Associação de Estudante da EPRAL (AE EPRAL).	Promoção da eleição anual dos Delegados e Subdelegados de turma; Promoção da eleição anual dos representantes dos alunos no Conselho Consultivo e no Conselho Pedagógico da EPRAL; Constituição de comissão instaladora da AE da EPRAL; Realização de atos eleitorais.	Convocatórias para a realização de atos eleitorais; Publicitação de resultados eleitorais; Atas dos órgãos de governo da EPRAL; Instalação da AE da EPRAL.
Apoiar iniciativas e a participação da comunidade escolar em ações de voluntariado social.	Os membros da comunidade escolar envolvem-se ativamente em ações de voluntariado contribuindo para o prestígio e o reconhecimento social da EPRAL junto da comunidade regional	Dinamização de atividades próprias na esfera do voluntariado; Participação em iniciativas externas na esfera do voluntariado.	Registos de atividades.

DOMÍNIOS DA PEDAGOGIA/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

Objetivos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
Desenvolver processos de ensino-aprendizagem por projeto, e em projetos interdisciplinares, facilitadoras de articulações curriculares, da gestão flexível do currículo e promotoras da autonomia dos alunos.	Cada grupo-turma é envolvido anualmente em 2 projetos integradores – um de iniciativa da equipa pedagógica, outro proposto pelo grupo-turma.	Concretização do nº. de projetos interdisciplinares.	Documentação de planificação e de avaliação de projetos interdisciplinares realizados pelos grupos-turma.
Promover a flexibilidade curricular e o trabalho colaborativo entre professores, através da dinamização e apoio à realização de sessões de trabalho com vista à planificação de estratégias e de atividades interdisciplinares.	No ciclo de vigência do PE, em cada ano escolar, a Direção Pedagógica dinamiza e apoia a realização de 3 sessões de trabalho com vista à planificação de estratégias e de atividades interdisciplinares	Número de sessões realizadas, em cada ano escolar	Documentação de planificação e desenvolvimento das sessões de formação
Melhorar a atribuição do serviço docente e a organização física dos horários escolares estabelecendo novos critérios-base.	No ciclo de vigência do PE, a Direção Pedagógica atribui o serviço docente com base na criação de equipas pedagógicas de professores e formadores, organizadas tendencialmente em função das áreas de formação ou cursos profissionais em funcionamento em cada ano escolar e ciclo de formação, em todas as componentes curriculares de formação.	Afinidade das equipas pedagógicas relativamente aos cursos e áreas de formação. Estabilidade dos horários escolares.	Constituição das equipas pedagógicas; Registo de evolução semanal dos horários escolares.
Promover a partilha de boas práticas, a paridade e reflexividade sobre o trabalho docente.	No ciclo de vigência do PE, a DP dinamiza e apoia a partilha de boas práticas e a observação de aulas entre pares, com finalidades formativas, em grupos experimentais de disciplinas da componente de formação Sociocultural (Português, Línguas Estrangeiras a Área de Integração) e da Componente de Formação Científica (Matemática), num mínimo de 2 sessões recíprocas de observação de aulas entre pares. No ciclo de vigência do PE, a Direção Pedagógica dinamiza a realização de tertúlias, com a	Número de sessões realizadas em cada ano escolar, no ciclo de vigência do PE.	Documentação de organização e desenvolvimento das atividades de observação de aulas entre pares, com finalidades formativas. Relatórios de heteroavaliação e de autoavaliação Documentação de divulgação, de concretização e registo de participação de docentes nas sessões-tertúlias.

	participação de intervenientes externos, sustentadas na abordagem de temas-problemas relacionados com o exercício da profissão docente, num mínimo de duas (2) tertúlias/ano escolar.		
Disponibilizar, a alunos, famílias e docentes, uma valência estruturada e especializada de apoio psicológico, psicopedagógico e de orientação vocacional, facilitadora da integração escolar dos jovens na comunidade escolar.	Criação, no ciclo de vigência do PE, da valência de apoio psicopedagógico e de orientação vocacional no âmbito da EPRAL.	N.º de propostas fundamentadas de intervenção psicológica, psicopedagógica, motivadas por dificuldades de relacionamento interpessoal e de integração na comunidade escolar, e/ou de orientação vocacional, motivadas por casos de insucesso escolar reiterado, em cada ano escolar compreendido no ciclo formativo.	Constatação da instalação da valência de psicologia e orientação vocacional.
Monitorizar o desempenho dos professores em situações reais de ensino aprendizagem.	Em cada ano escolar, no ciclo de vigência do PE, a Direção Pedagógica da EPRAL monitoriza o desempenho de professores, assistindo presencialmente a duas sessões de formação.	Número de sessões de acompanhamento realizadas.	Documentação de planificação e desenvolvimento das sessões de formação; Grelhas de avaliação de sessões acompanhadas.
Dinamizar projetos de intercâmbio e/ou de mobilidade internacional de alunos e de professores.	Em cada ano escolar, no ciclo de vigência do PE, são promovidas duas ações de intercâmbio e/ou de mobilidade de alunos e de professores, integradas nos respetivos planos de formação, no âmbito de programas comunitários (e.g., "Erasmus+").	Número de ações realizadas em cada ano escolar.	Relatórios de realização das atividades.

DOMÍNIO DA LIDERANÇA E GESTÃO

Objetivos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
Desenvolver ações de formação de professores, de iniciativa própria ou através de programas de formação profissional, em particular nas áreas da Diferenciação Pedagógica, da Pedagogia por Projeto, das Tecnologias de Informação e Comunicação (comunidades virtuais de aprendizagem, utilização de plataformas colaborativas, produção e avaliação de recursos educativos digitais) e da Cidadania e Desenvolvimento.	Em cada ano escolar, no triénio de vigência do PE, a Fundação Alentejo (entidade proprietária da EPRAL) facilita aos seus colaboradores, docentes e não docentes, a frequência de uma ação de formação acreditada.	Nº. de ações de formação realizadas anualmente; Nº. de inscrições de professores; Nº. de professores que concluíram com sucesso a formação.	Produtos e relatórios de avaliação; Certificados.
Promover a parceria de adesão ao Centro de Formação de Professores Beatriz Serpa Branco, de Évora, na vigência do ano escolar de 2017-2018	Celebração de protocolo de adesão ao Centro de Formação de Professores Beatriz Serpa Branco.	Elaboração do documento protocolar e sua assinatura entre as partes até ao termo do ano 2017-18.	Documento protocolar, com assinatura da FA/EPRAL e da Direção do CFPBSP.
Incrementar o estabelecimento de parcerias e de protocolos de cooperação, em particular na área da formação em contexto de trabalho.	Aumentar a bolsa de parcerias e protocolos em 5%/ano.	Número de empresas/instituições que integram a bolsa de empresas cooperantes; Número de parcerias e protocolos celebrados com outras instituições.	Registo de protocolos realizados ao longo do ciclo de observação.
Implementar um sistema de autoavaliação e garantia de qualidade.	Criação e implementação de um sistema de garantia de qualidade, de melhoria e autoavaliação, alinhado com o sistema “EQAVET”, integrando um subsistema de avaliação de desempenho profissional docente.	Cumprimento de prazos e de objetivos definidos no âmbito do sistema de garantia da qualidade.	Relatórios de autoavaliação; Relatórios de participação em reuniões dinamizadas pela ANQEP; Relatórios de acompanhamento dos percursos pós-formação de jovens diplomados pela EPRAL.
Rever os instrumentos estratégicos de orientação, de funcionamento e de autorregulação da EPRAL.	Discutir a necessidade de revisão do Projeto Educativo e do Regulamento Interno da EPRAL.	Reuniões realizadas para a análise dos documentos.	Atas das reuniões do Conselho Pedagógico.
Assegurar uma gestão integrada dos equipamentos e recursos físicos.	Reduzir em cada ano letivo o número de intervenções técnicas em sala de aulas; Aumentar/melhorar os recursos tecnológicos existentes.	Histórico das intervenções, para cada ano letivo; Inventário dos equipamentos e recursos físicos existentes na escola; Nível de qualidade das instalações e dos equipamentos afetos à formação; Nível de adequabilidade dos equipamentos face à evolução tecnológica e quanto ao número necessário.	Registos de não conformidades; Registo do inventário da escola.

DOMÍNIO ORGANIZACIONAL

Objetivos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
Melhorar a comunicação externa, potenciando as plataformas TIC, as comunidades virtuais e as redes sociais.	Anualmente, é revisto e atualizado o website da EPRAL e os meios de comunicação suportados na internet.	O website da EPRAL integra toda a informação atualizada e relacionada com o desenvolvimento da sua atividade, incorporando os requisitos consagrados no Decreto-lei 92/2014.	Rastreio regular do Website EPRAL e demais meios de comunicação disponíveis na internet.

As atividades a realizar tendentes ao alcance dos referidos objetivos são estabelecidas, em concreto, no âmbito dos planos de atividades da EPRAL. Todavia, tipificam-se algumas atividades fundamentais para a prossecução em pleno dos objetivos e metas traçados/as no Projeto Educativo (refira-se que as atividades podem concorrer para a consecução em simultâneo de vários objetivos, pelo que haverá que considerar a sua dimensão de transversalidade e todo o potencial na sua implementação).

Assim, consideramos que, com o contributo, o envolvimento proativo e a garantia de compromisso por parte de todas as estruturas, será necessário realizar:

- **Estudo e diagnóstico de necessidades de formação**
 - a) Conceber, desenvolver e aplicar metodologias e instrumentos de diagnóstico de necessidades de formação
 - b) Ouvir os parceiros sociais sobre necessidades de formação
 - c) Identificar necessidades de formação, face às necessidades do mercado de trabalho;
 - d) Identificar as características do tecido produtivo do território alvo e as respetivas dinâmicas empresariais;
 - e) Identificar as expectativas dos jovens, formandos ou potenciais formandos da EPRAL e as necessidades individuais de formação.
- **Planeamento de atividades educativas, formativas e de certificação de competências**
 - a) Planear intervenções formativas, de qualificação ou de certificação de conhecimento e competências, por níveis de formação, áreas temáticas, modalidades e formas de organização da formação;
 - b) Estabelecer objetivos em articulação com o tecido económico e social, em particular com as entidades potenciais no acolhimento de formandos em formação em contexto de trabalho (vulgarmente, *estágios curriculares*);
 - c) Definir a cronologia das ações formativas;
 - d) Definir o perfil profissional (de qualificações e de competências científico-pedagógicas) dos agentes formadores a envolver nas ações;
 - e) Prever os meios necessários à concretização das ações de formação.

- **Conceção de programas, instrumentos e suportes formativos**
 - a) Identificar objetivos gerais e específicos para as ações formativas;
 - b) Aplicar programas de formação e prever a duração das ações, tendo em atenção a sua adequação ao público-alvo e modalidades de formação;
 - c) Conceber e aplicar metodologias pedagógicas, instrumentos e roteiros de formação, promotores da aprendizagem e do sucesso escolar de todos;
 - d) Conceber a documentação de apoio e os respetivos meios de divulgação, nomeadamente quando em presença de redes ou novos recursos tecnológicos, que permitam aprendizagens partilhadas, em espaços geograficamente distintos;
 - e) Promover a utilização de estratégias de comunicação a distância, de *E-learning* e de *B-Learning*, facilitadoras de aprendizagens colaborativas.
- **Organização e promoção de atividades formativas**
 - a) Definir os cenários de programação física e cronológica para a realização de cada ação formativa;
 - b) Promover o recenseamento e a articulação das diferentes competências pessoais e profissionais dos agentes intervenientes, meios pedagógicos e recursos envolvidos no processo formativo;
 - c) Assegurar os equipamentos e materiais pedagógicos de apoio ao desenvolvimento das intervenções, bem como os meios logísticos de funcionamento;
 - d) Promover a orientação vocacional, o recrutamento e a seleção dos alunos;
 - e) Promover a orientação profissional de formandos e/ou diplomados pela EPRAI;
 - f) Garantir a produção da documentação promocional das intervenções e promover a sua divulgação, de forma adequada e eficaz junto dos públicos-alvo visado e dos meios de comunicação social;
 - g) Organizar e gerir a informação relativa à atividade formativa;
 - h) Assegurar meios complementares de consulta e de pesquisa de informação.
- **Desenvolvimento e execução de atividades formativas**
 - a) Assegurar o desenvolvimento e a concretização das ações;
 - b) Adaptar as metodologias pedagógicas e os instrumentos facilitadores da aprendizagem, aos contextos formativos, e operacionalizá-los em conformidade;
 - c) Assegurar a preparação técnica, científica e pedagógica dos agentes envolvidos nas intervenções, nomeadamente, formadores, orientadores educativos, coordenadores de curso, supervisores e dirigentes escolares;
 - d) Assegurar a realização de atividades extracurriculares de apoio aos alunos.

- **Acompanhamento e avaliação de atividades formativas**
 - a) Avaliar e analisar os resultados da formação face aos objetivos fixados;
 - b) Avaliar e analisar o impacto dos resultados, enquanto fatores impulsionadores de novas dinâmicas de formação e de reforço da cultura de excelência veiculada pela organização escolar;
 - c) Avaliar os resultados e os impactos da formação na inserção socioprofissional dos diplomados, designadamente aos níveis da evolução das qualificações, patente no prosseguimento de estudos, da empregabilidade e da sua integração social, acompanhando os percursos pós-formação subsequentes à conclusão da formação;
 - d) Dar pareceres sobre atividades desenvolvidas e contributos para o desenvolvimento de novas atividades.
- **Outras formas de intervenção na comunidade, propedêuticas ou complementares da atividade formativa, facilitadoras da integração plena e de divulgação do projeto educativo**
 - a) Realizar/participar em estudos de caracterização das comunidades locais e grupos-alvo, identificando as suas problemáticas, necessidades e potencialidades, e perspetivar as abordagens e intervenções mais adequadas;
 - b) Desenvolver ações de sensibilização, de informação, de orientação vocacional junto dos grupos-alvo, visando o despiste de interesses e de vocações, promotoras da adesão dos públicos-alvo às intervenções formativas;
 - c) Desenvolver formas específicas de acompanhamento e apoio (psicossocial e logístico), no decurso e na sequência das intervenções formativas;
 - d) Desenvolver estratégias integradas de intervenção em comunidades ou grupos-alvo específicos, facilitadoras ou complementares do processo de formação e da integração socioprofissional dos jovens.
- **Formas de organização da formação - formação a distância**
 - a) Desenvolver o processo tendente à conceção de intervenções, programas, instrumentos e suportes formativos para ambientes virtuais de aprendizagem;
 - b) Promover a organização e o desenvolvimento de atividades formativas de formadores, visando o incremento da literacia e de competências digitais e de gestão de ambientes virtuais de aprendizagem;
 - c) Promover a utilização recorrente de plataformas digitais de apoio ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem;
 - d) Promover o trabalho colaborativo e a formação de comunidades virtuais de ensino-aprendizagem.

- **Gestão da qualidade**

- a) Assegurar o compromisso com o desenvolvimento e implementação do *Sistema de Gestão da Qualidade*, alinhado com o quadro “EQAVET” (European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training - *Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional*), em parceria com a ANQEP (*Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional*), e outros agentes congéneres, integrando um subsistema de avaliação de desempenho profissional docente;
- b) Promover a descrição dos processos e instrumentos de trabalho associados ao *Sistema de Gestão da Qualidade*,
- c) Definir a metodologia para garantir o processo da melhoria contínua do *Sistema de Gestão da Qualidade*;
- d) Definir anualmente os objetivos da qualidade.

- **Relações institucionais e empresariais**

- a) Assegurar as relações da EPRAL com a generalidade dos organismos da administração pública central e regional, bem como com as autarquias locais;
- b) Assegurar as relações da EPRAL com as suas congéneres nacionais e internacionais;
- c) Assegurar as relações da EPRAL com as associações representativas dos meios empresariais e socioprofissionais regionais e nacionais e outras organizações da sociedade civil;
- d) Assegurar as relações da EPRAL com a generalidade das entidades públicas e privadas, parceiras na implementação da formação em contexto real de trabalho.

- **Animação e sustentabilidade das plataformas digitais de comunicação externa:**

- a) Assegurar a produção de conteúdos, observando requisitos de qualidade inerentes (conformidade normativa, atualidade, relevância, notoriedade, publicidade);
- b) Dinamizar a utilização das plataformas digitais;
- c) Monitorizar regularmente o funcionamento e a utilização das plataformas digitais;
- d) Atualizar conteúdos suscetíveis de publicação nas plataformas digitais.

4. Organização escolar

A EPRAL é propriedade da Fundação Alentejo, beneficiando, por isso, da estrutura administrativa no apoio ao seu funcionamento (cf. figura 3).

A escola é dirigida por uma Direção, órgão unipessoal. O Diretor da EPRAL é designado pela Fundação Alentejo, entidade que, ouvido o Diretor, convida os membros da Direção Pedagógica (DP).

Atualmente, a Direção Pedagógica da EPRAL é um órgão colegial constituído por 2 diretores pedagógicos, um presidente e outro vice-presidente, assessorados por um formador, que tem redução da componente letiva do horário até 100%.

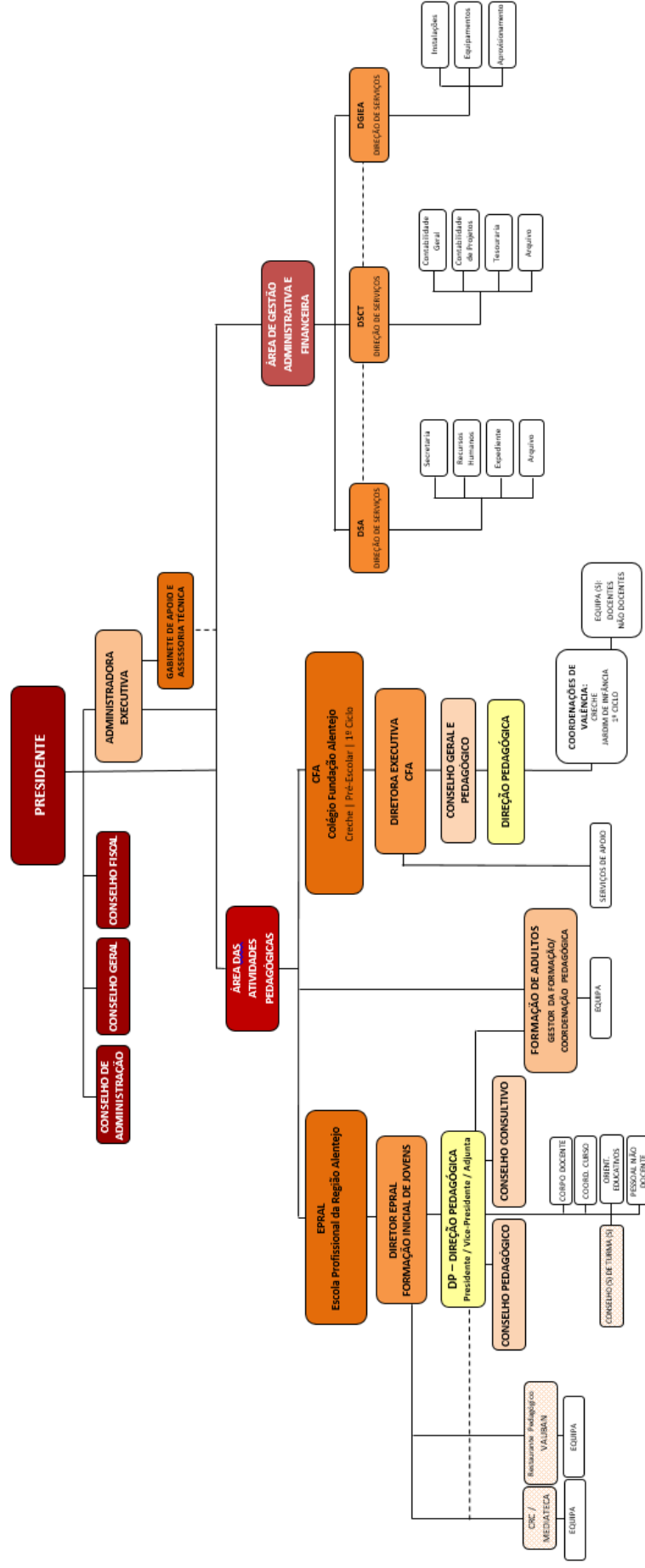
Este modelo organizacional orienta-se para potenciar um projeto coeso, colegial e dialogante, onde será fácil visualizar os objetivos da instituição e da sua ação educativa. Sendo um órgão colegial, o funcionamento da DP pauta-se pelos princípios de trabalho articulado e colaborativo, o respeito profissional e solidariedade institucional entre os seus diretores, no quadro do respeito pela sua autonomia, quando aplicável.

A EPRAL dispõe de um Conselho Consultivo, constituído por instituições e organismos locais representativos do setor económico e social e das empresas parceiras na formação e representantes de Pais e Encarregados de Educação, dos órgãos diretivos da Escola, dos alunos e dos docentes, e, ainda, de Órgãos de Coordenação Pedagógica, como o Conselho Pedagógico da EPRAL e os Conselhos de Turma. Existem, ainda na estrutura da escola Órgãos de Assessoria e de Gestão Pedagógica Intermédia que são fundamentais ao seu bom funcionamento. Neste caso temos: Coordenador de Curso ou de Área de Formação; Orientador Educativo/Diretor de Turma; Coordenador dos Orientadores Educativos/Diretores de Turma; Tutor (em situações específicas); e equipa multidisciplinar constituída por técnicos superiores nas áreas da educação e da psicologia, bem como por professores designados pela Direção Pedagógica.

As competências de todos estes órgãos estão definidas no Regulamento Interno da escola. Naturalmente, além dos órgãos, a escola dispõe de professores que asseguram as atividades letivas e, em alguns casos, cargos pedagógicos.

Figura 3: Organigrama da Fundação Alentejo/EPRAL

ORGANIGRAMA DA FUNDAÇÃO ALENTEJO



EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo
CFA – Colégio Fundação Alentejo
DP – Direção Pedagógica
CRC – Centro de Recursos em Conhecimento

DSA – Direção de Serviços Administrativos
DSCCT – Direção de Serviços de Contabilidade e Tesouraria
DGIEA – Direção de Gestão de Instalações, Equipamentos e Aprovisionamento

5. Redes, parcerias de formação e protocolos de cooperação

O posicionamento estratégico de uma organização/instituição de *educação-formação*, como aliás sucede com a generalidade das empresas e organizações, deve considerar a evidência de funcionar como um *sistema aberto*, interagindo com uma multiplicidade de agentes públicos e privados, pessoas individuais e coletivas, que conferem à *escola* responsabilidades crescentes, em género e em número, e que depositam na *escola* as mais fortes expectativas de *qualidade* quanto à sua missão de *formar e educar*, seja no plano dos valores, participação e exercício da cidadania, seja na formação técnica, tecnológica e prática, isto é, na formação profissionalizante, cientificamente integrada e propedêutica da inserção socioprofissional dos *aprendizes*. Assim, *educar e formar*, comporta(m) esta dimensão plural, globalizante e transdisciplinar, claramente articulada com a *vida do cidadão em sociedade* e com o seu *trabalho* profissional, criterioso e competente. Desta forma, a escola tenta posicionar-se enquanto agente constitutivo de uma *comunidade*, contribuindo para o reforço da sua coesão e identidade, comprometendo-se com os resultados escolares dos seus educandos e apoiando-os na sua inserção socioprofissional; ao fim e ao cabo, a missão de um verdadeiro agente de desenvolvimento social e económico, científico e tecnológico, pessoal e coletivo.

Para a EPRAL, a *abertura ao mundo exterior* – conceito chave da Estratégia de Lisboa¹ no que respeita à formação - e particularmente a abertura ao “mundo do trabalho”, envolvendo a constituição de parcerias, concretiza-se através:

- da promoção de uma estreita cooperação entre os sistemas de educação e de formação, e a sociedade em geral;
- do estabelecimento de parcerias entre as instituições de educação-formação, empresas e organismos de investigação, para seu mútuo benefício;
- da promoção da intervenção das instâncias competentes para o desenvolvimento da formação – nomeadamente da *formação profissional* e da *aprendizagem (formação profissional inicial)* – no local de trabalho.

Procura-se que esta abertura tenha impacto sobre a *escola*, propiciando:

¹ A *Estratégia de Lisboa* (2000) e desenvolvimentos posteriores no quadro da União Europeia estabeleceram uma *visão* para o espaço geopolítico da UE, implicando os sistemas de educação-formação no que concerne ao seu desenvolvimento, e que ficou enunciada da seguinte forma: “*Tornar-se (a União Europeia) na economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social*”. Esta visão seria alcançada através dos seguintes objetivos fundamentais: a) “*aumento da qualidade e da eficácia dos sistemas de educação e formação nos países da União Europeia*”; b) “*viabilização do acesso de todos aos sistemas de educação-formação profissional*”; e c) “*abertura dos sistemas de educação-formação ao mundo exterior*”.

- uma renovação integral da atividade pedagógica, para criação e consolidação de laços mais estreitos com a *vida profissional* e o *mundo do trabalho*;
- o desenho curricular de percursos “educativos” articulados com processos concomitantes de *certificação escolar* e *qualificação profissional* (vulgarmente designados de percurso de “dupla certificação”);
- a incorporação e valorização nos projetos educativos, bem como o seu incremento de facto, da *formação em contexto real de trabalho*;
- a perceção que a *aprendizagem* ocorre efetivamente *ao longo da vida*, antecede a *escola* e envolve processos de formação ilimitados no tempo e não confinados à *escola*;
- o estabelecimento e incremento de parcerias (*qualificantes, estratégicas, simbólicas* e/ou de *excelência*), associado à dinamização e/ou envolvimento em *redes de cooperação*;
- o sentido de *autonomia*, de *pertença* e de *participação na comunidade* - bem como a sua capacidade de envolvimento e de compromisso solidário com as aspirações e as orientações de política educativa definidas pela *sua comunidade*;
- o desenvolvimento de uma *cultura de empreendimento* que dignifique e afirme o *trabalho*, enquanto pilar de sustentabilidade das organizações e empresas e da inserção social e profissional das pessoas;
- o reconhecimento da correlação que se estabelece entre o “saber”, o conhecimento tecnológico e a cultura;
- a compreensão que a *tecnologia*, o *capital humano* e a *democracia* se conjugam, de modo a que a *escola* promova o talento pessoal e a capacidade humana para experimentar e inovar.

Neste quadro de compromisso e de responsabilidade social, são aquelas as mais justas e adequadas referências para a *medida da qualidade* e da *eficácia* do desempenho das organizações escolares, isto é, de educação-formação, na prossecução do serviço público que prestam à comunidade.

No amplo e dinâmico cenário de atores, responsabilidades e expectativas que procurámos brevemente refletir, a **EPRAL reconhece o inestimável contributo que as empresas têm emprestado ao desenvolvimento da *missão* da Escola Profissional da Região Alentejo**, não apenas pela **integração de técnicos diplomados**, incorporando pessoas qualificadas, mas sobretudo pelo seu **envolvimento no acolhimento de alunos/as em formação em contexto real de trabalho** (vulgarmente designada por “estágios curriculares”), no quadro do desenvolvimento curricular, isto é, propiciando uma qualificação mais adequada das pessoas.

Desta forma, **as empresas** (i. é., o “mundo do trabalho”), **constituem-se enquanto recurso educativo por excelência e multifacetado** (recurso físico, didático, laboratorial, técnico-humano), diremos mesmo, *incontornável*, e espaço essencial de *I&D* (investigação e desenvolvimento) para as organizações de educação-formação. Numa expressão simples: elas são parceiros *qualificantes e de projeto* que merecem inteiramente a singela expressão do nosso reconhecimento público.

Podemos destacar - de uma forma muito genérica - três grandes momentos no percurso empreendido pela EPRAL quanto à formação em contexto real de trabalho: um período inicial de *novidade e expectativa*, em que alguns cursos profissionais sinalizavam nos respetivos planos de estudos o “estágio”; um período intermédio de *consolidação e generalização*, com integração explícita da *FCT* nos planos curriculares do ensino profissional; um período que interpretamos como de *experimentação e desenvolvimento* que nos leva a *ousar fazer*, beneficiando do patamar de segurança e confiança mútua que ajudámos a construir e que partilhamos com a generalidade das empresas e organizações da Região Alentejo. O primeiro, impulsionou um *movimento da escola em direção às empresas*, o segundo, estabilizou *movimentos bidirecionais de iniciativa mútua*, o terceiro – feliz coincidência – retoma o desafio plasmado no nosso lema primordial, dirigido aos jovens: “*Agarra o futuro!*”.

Hoje sabemos (por experiência? por talento? por sentido de empreendimento?...) que aquele desafio passa pela nossa capacidade de *aprender com eles/as*: os/as nossos/as alunos/as, as empresas e organizações; enfim, com a generalidade dos “nós” que constituem a *ampla rede interativa de trabalho* que nos envolve.

É neste contexto mais recente de *inovação* que procuramos *ir mais longe*, experimentando novas soluções táticas que nos permitam prosseguir o movimento estratégico de *abertura* e de *acolhimento recíproco* face ao “mundo do trabalho”, aliás como estabelecem as políticas públicas de educação-formação.

Assim, **a EPRAL valoriza a Formação em Contexto de Trabalho enquanto vetor estratégico de orientação do desenvolvimento curricular** e reconhecemos **o contexto real de trabalho, como espaço e tempo privilegiados para a consolidação e desenvolvimento das competências profissionais**. Por outro lado, temos constatado que a motivação pedagógica, isto é, a disponibilidade para a aprendizagem em contexto *escolar*, da nova *geração de empreendimento* decorre muito da sua expectativa em ser envolvida em atividades práticas de formação, isto é, em ambientes reais de trabalho, no “confronto” direto com os *públicos* e com os constrangimentos próprios do *mundo do trabalho*, visando uma integração socioprofissional mais efetiva e sustentada. A nova *geração de empreendimento* aparenta querer “mais”, “mais” envolvimento e realização pessoal, “mais” participação, também na conceção e

desenvolvimento dos produtos e serviços que utiliza, entre os quais se situa a *escola*. Em *parceria*, envolvidos ativamente na(s) rede(s), *podemos fazer mais pelo Alentejo!*

Propondo uma classificação dinâmica dos diferentes *stakeholders* em “parceiros internos” e “parceiros” externos, podemos sintetizar a realidade que envolve da Escola Profissional de Região Alentejo - e que pode potenciar o seu envolvimento - no domínio da cooperação e parcerias, sendo de sublinhar que a generalidade dos parceiros, tomados como exemplos (cf. abaixo), se situa(m) em várias dimensões de parceria, na sua relação com a escola profissional:

Quadro 9: Principais Parceiros, internos e externos, da EPRAL, segundo a sua tipologia

Parceiros	Internos	Externos
Estruturantes²	<ul style="list-style-type: none"> • Alunos/as • Professores/as e formadores/as • Colaboradores/as Técnicos/as e Auxiliares • Pais e Encarregados de Educação • Famílias • Fundação Alentejo 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Educação • ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional • ADC/POPH/FSE – Agência para o Desenvolvimento e Coesão/Programa Operacional do Potencial Humano /Fundo Social Europeu • Autarquias locais • Empresas e Instituições da Região Alentejo
Qualificantes³	<ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros/Administradores da FA • Direção da EPRAL • Direção Pedagógica da EPRAL • Professores e formadores • Colaboradores/as Técnicos/as e Auxiliares 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços regionais desconcentrados, da Administração Pública, Institutos, Empresas Públicas e estruturas associativas no plano da administração local: <ul style="list-style-type: none"> ▪ DGEstE/DS Alentejo ▪ IGEC - Inspeção-geral da Educação e Ciência ▪ IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional/Delegação Regional do Alentejo ▪ CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central ▪ ARS - Administração Regional de Saúde do Alentejo ▪ HESE - Hospital do Espírito Santo, EP ▪ CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo ▪ ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo ▪ ERT - Turismo do Alentejo ▪ ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

² **Estruturantes** – essencialmente os parceiros, internos e externos, essenciais ao desenvolvimento da atividade primordial da EPRAL.

³ **Qualificantes** – os parceiros garantes da qualidade, isto é, que contribuem para a qualificação do Projeto Educativo, através da sua responsabilidade intrínseca, nomeadamente de gestão e de tutela.

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho ▪ ATT - Direção Regional de Finanças ▪ ISS - Segurança Social ▪ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ▪ IPDJ – Instituto Português da Juventude e Desportos/DR do Alentejo • ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional • Universidade de Évora e Institutos Politécnicos de Portalegre e de Beja • Universidade Católica Portuguesa – Porto/Faculdade de Educação e Psicologia • Associações Socioprofissionais, Sindicais e Empresariais, Núcleos Empresariais do Alentejo • Empresas e Instituições da Região • Centro de Formação de Professores Beatriz Serpa Branco (Évora)
Estratégicos⁴	<ul style="list-style-type: none"> • Direção da EPRAL • Direção Pedagógica da EPRAL • Alunos • Professores e formadores • Colaboradores/as Técnicos/as e Auxiliares • Pais e Encarregados de Educação • Diplomados e Antigos Alunos da EPRAL 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Educação • ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional • ADC/POPH/FSE – Agência para o Desenvolvimento e Coesão/Programa Operacional do Potencial Humano /Fundo Social Europeu • Autarquias locais • Empresas e Instituições da Região Alentejo • ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais • Escolas Profissionais Privadas • Universidade de Évora e Institutos Politécnicos de Portalegre e de Beja • Universidade Católica Portuguesa – Porto/Faculdade de Educação e Psicologia • Centro de Formação de Professores Beatriz Serpa Branco (Évora) • Autarquias locais
Simbólicos⁵	<ul style="list-style-type: none"> • Diplomados e Antigos Alunos da EPRAL 	<ul style="list-style-type: none"> • CPF – Centro Português de Fundações • CVP - Cruz Vermelha Portuguesa • ADBSE - Associação dos Dadores Benévolos de Sangue • BVE - Bombeiros Voluntários de Évora • Cáritas Arquidiocesana de Évora • Associações Cívicas e Ambientais (e.g., Banco Alimentar contra a Fome, DECO – Defesa do Consumidor, Chão-dos-Meninos, Quercus)

⁴ **Estratégicos** – os parceiros que, envolvidos na prossecução dos objetivos estratégicos da EPRAL, e cuja missão e visão acompanham o desiderato, a missão e a visão, plasmadas no Projeto Educativo da EPRAL, contribuindo para a sua sustentabilidade.

⁵ **Simbólicos** – os parceiros que acrescentam valor ao Projeto Educativo, em particular no plano da promoção da participação da EPRAL na comunidade, da promoção da cidadania e da responsabilidade social da EPRAL.

<p>Excelência⁶</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Antigos Diretores Pedagógicos da EPRAL • Professores jubilados • Antigos Alunos • Conselho Consultivo da EPRAL • Conselho Geral da Fundação Alentejo 	<ul style="list-style-type: none"> • CPF – Centro Português de Fundações • ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais • EURHODIP (Associação Internacional de Apoio à Qualificação na área da Hotelaria, Restauração e Turismo) • EFVET (Fórum Europeu da Educação e Formação Técnica e Vocacional) • EUROPEAN SCHOOLNET (Rede de Ministérios da Educação, Escolas, Professores e Investigadores) • Redes de Cooperação Interescolas Profissionais • Universidade de Évora • Instituto Politécnico de Beja • Instituto Politécnico de Portalegre • Universidade Católica Portuguesa – Porto/Faculdade de Educação e Psicologia • Centro de Formação de Professores Beatriz Serpa Branco (Évora) • Serviços da Administração Pública Central e Regional • Associações Socioprofissionais, Sindicais e Empresariais
--------------------------------------	--	---

Fonte: Direção Pedagógica da EPRAL

⁶ **Excelência** - os parceiros que impulsionam a atividade da EPRAL para níveis de qualidade e de satisfação sistematicamente superiores.

6. Garantia de qualidade

A implementação de sistemas de garantia da qualidade reveste-se de importância estratégica para todos os operadores de EFP, numa perspetiva de melhoria contínua dos seus processos formativos e dos resultados obtidos pelos alunos/formandos. Para garantir a excelência do processo educativo, a EPRAL avalia, de forma sistemática e contínua, os resultados da sua atividade.

Neste âmbito, e cumprindo as determinações da legislação aplicada às EP, a escola concebeu um sistema de autoavaliação orientado para a melhoria contínua dos seus processos e dos seus resultados. Este sistema é implementado mediante um modelo próprio, que contempla as orientações do sistema de avaliação da qualidade “EQAVET” (*European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training* - Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional) dinamizado pela ANQEP (Agência para a Qualificação e Ensino Profissional), em cumprimento do estabelecido no Decreto-lei 92/2014, de 20 de junho (Capítulo VI, Art.º 60.º a Art.º 62.º), os domínios do modelo de avaliação externa de escolas da Inspeção-Geral da Educação e Ciência e algumas das orientações e instrumentos do modelo *Common Assessment Framework* (CAF-Educação).

O entendimento que a EPRAL faz da avaliação da qualidade da organização é que ela deve orientar-se para o questionamento contínuo e crítico da autoavaliação que a escola é capaz de realizar, da forma como é prestado o serviço educativo realizado nas suas dimensões curricular e pedagógica (devendo este ser o foco principal do sistema) e dos modos como as lideranças e os órgãos de gestão imprimem as linhas de orientação e de mudança da comunidade educativa.

Assim, a autoavaliação é assumida como um processo social, realizado pela própria escola de forma organizada, consistente e sustentada, que busca induzir melhoria organizacional, curricular e pedagógica.

A autoavaliação é dinamizada por uma equipa constituída para o efeito que tem, precisamente, como missão contribuir para monitorização da organização escolar de modo a poder fornecer dados para a tomada de decisões com vista a uma mudança para melhor. São finalidades do trabalho da equipa: a) fornecer informação útil acompanhada de uma reflexão crítica; b) servir de guia para a tomada de decisões/resolução de problemas; c) proporcionar dados para a prestação de contas; d) promover a compreensão dos fenómenos avaliados; e) evidenciar o trabalho (boas práticas) realizado na escola.

A equipa assume a coordenação do processo de autoavaliação responsabilizando os diferentes intervenientes no conjunto de ações a desenvolver. Deste modo:

- Seleciona prioridades de análise e questiona sobre as mesmas;
- Desenvolve trabalho em grupo, colaborativo, privilegiando uma metodologia baseada na reflexão, diálogo e cooperação contínuos;
- Defende os valores da transparência e honestidade no trabalho;
- Divulga o produto dos trabalhos realizados à comunidade educativa;
- Realiza uma meta avaliação conducente ao desenvolvimento e consolidação de uma atitude crítica e de um autoquestionamento da escola relativamente ao seu trabalho.

A equipa de autoavaliação disponibiliza toda a informação sobre o sistema de gestão e de garantia da qualidade a todos os colaboradores docentes e não-docentes, bem como aos estudantes, suas famílias e outros parceiros, de forma que todos conheçam e, quando aplicável, cumpram o que nele se encontra definido.

7. Comunicação e divulgação

Considerando que as análises resultantes do processo de avaliação da concretização do projeto educativo adquirem maior credibilidade e legitimidade junto da comunidade quando objeto de ações de comunicação e marketing da escola, o PE da EPRAL, uma vez aprovado, deve ser dado a conhecer a toda a comunidade escolar, representantes dos pais e outros *stakeholders*/parceiros.

Assim, o PE é divulgado no sítio *web* do agrupamento de escolas, bem como através de informação enviada por e-mail a todos os seus principais parceiros internos.

8. Monitorização e avaliação do Projeto Educativo

O acompanhamento/ avaliação do Projeto Educativo é uma ação do próprio projeto. O acompanhamento e avaliação do PE EPRAL permitirá, com regularidade, identificar as forças e as fraquezas do projeto educativo, bem como verificar como se articulam as diversas componentes do projeto. Desta forma, a monitorização e avaliação do PE providenciam evidências acerca da eficiência e da eficácia do projeto educativo, facultando dados às lideranças e aos demais intervenientes da comunidade educativa acerca do que deve ser mantido, melhorado ou alterado.

Considera-se como condição/fator crítico de sucesso destes processos o envolvimento dos diversos membros da comunidade educativa, uma vez que a participação é uma oportunidade para que estes intervenientes adquiram uma compreensão e um conhecimento particular sobre a organização, a estrutura e o funcionamento da escola e para a apropriação e o desenvolvimento de uma cultura de escola colaborativa e de autoavaliação.

O Conselho de Administração da entidade proprietária da EPRAL homologa o Projeto Educativo no culminar de um processo marcado por ampla participação dos diversos intervenientes da comunidade escolar nos processos de discussão, monitorização e avaliação interna, de aprovação pelo Conselho Pedagógico e do parecer do Conselho Consultivo. O Conselho Pedagógico é o órgão que tem a seu cargo a gestão do processo de acompanhamento e avaliação da execução do PE realizado em articulação com o trabalho da equipa de autoavaliação que operacionaliza o sistema de avaliação da qualidade da escola. No final de cada ano letivo, esta equipa elaborará relatórios sobre o desenvolvimento do PE, permitindo a construção de um plano de ação e de melhoria, que será colocado em prática no ano letivo seguinte. Todo este processo será apresentado à comunidade educativa e discutido em plenários marcados para o efeito.

9. Vigência

Este projeto educativo vigorará de 07 de maio a 31 de julho de 2021, sendo discutido e, eventualmente, revisto anualmente. Naturalmente, a missão e a visão da Escola, por possuírem alcance de longo prazo que extravasa o período de vigência do projeto educativo, poderão permanecer válidas ao longo de vários ciclos do projeto, sem prejuízo de poderem ser introduzidos eventuais ajustamentos pontuais de forma a garantir a sua atualidade e pertinência.

Documento aprovado pelo Conselho Pedagógico da EPRAL em 03 de maio de 2018 e homologado pelo Conselho de Administração da Fundação Alentejo em 07 de maio de 2018.

